



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PSICANÁLISE E SOCIOEDUCAÇÃO: NUANCES DA PASSAGEM
ADOLESCENTE EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE**

Stéphanie Strzykalski e Silva

PORTO ALEGRE

2017

STÉPHANIE STRZYKALSKI E SILVA

**PSICANÁLISE E SOCIOEDUCAÇÃO: NUANCES DA PASSAGEM
ADOLESCENTE EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Psicóloga.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Roselene Ricachenevsky Gurski

PORTO ALEGRE

2017

Ao meu namorado e melhor amigo, Daniel, com quem compartilho a vida e que foi, sem dúvida, fundamental para que eu pudesse bancar o desejo de tornar-me psicóloga.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família, sobretudo à minha mãe, Elza, por ter me dado a vida, pelos princípios e valores transmitidos, pelo amor que cuida e ensina, e, especialmente, por sempre ter apostado em mim.

Agradeço também ao meu pai, Sérgio, que me transmitiu o gosto pela leitura e pelo estudo, assim como por todo investimento feito para que eu pudesse atingir meu tão sonhado objetivo: tornar-me psicóloga.

Agradeço ao meu namorado e melhor amigo, Daniel, por todo amor, paciência e compreensão, elementos que foram mais do que fundamentais durante esse tempo da graduação. Sem o teu apoio, nada disso teria sido possível. Muito obrigada por compartilhar a vida, os medos, as conquistas, os sonhos e o Budweiser comigo. Te amo incondicionalmente.

Agradeço à minha orientadora, Rose Gurski, que, desde 2013, sempre fez com que eu me sentisse acolhida, escutada e desafiada a ir além dos meus limites. Muito obrigada por acreditar em mim e no meu desejo pela psicanálise. Espero que sigamos juntas ainda durante muitos anos cultivando nossos laços de trabalho, amizade e parceria de vida.

Agradeço aos/às bolsistas e pesquisadores/as que estão ou estiveram vinculados ao Núcleo de Pesquisa, em especial à Paulinha, Lari e Lu Pires, com quem tive o privilégio de fazer laços de amizade e conhecimento. As inquietações compartilhadas com vocês fazem parte deste trabalho de conclusão de curso em vários sentidos.

Agradeço aos adolescentes que se dispuseram a participar das intervenções e que encararam o desafio que é compartilhar vivências e experiências. Esses meninos não só narraram a aridez de suas vidas em meio às condições de violência e vulnerabilidade, como também nos fizeram apostar ainda mais que é possível fazer resistência à tirania do Um através das angústias que ganham palavra, das gírias tão plurais que nos desacomodam e das interrogações perspicazes dirigidas às certezas cronificadas – enfim, através da polissemia da linguagem e de seus múltiplos sentidos.

A palavra é metade de quem a pronuncia e metade de quem a escuta

Michel de Montaigne

RESUMO

O presente estudo partiu de uma experiência de pesquisa-extensão com um grupo de adolescentes acautelados em uma instituição socioeducativa da cidade. Através das chamadas *Rodas de R.A.P.* (Ritmos, Adolescência e Poesia), ofertamos um dispositivo de escuta baseado na livre circulação da palavra em conjugação com narrativas musicais demandadas pelos próprios meninos. As intervenções das bolsistas-pesquisadoras que participaram dessa atividade sustentaram-se no enlace entre a psicanálise e os efeitos ético-metodológicos extraídos do tema da experiência em Walter Benjamin. Utilizando como operador metodológico a leitura-escuta, analisamos o que temos nomeado de *diários de experiência*, um compilado escrito, inspirado na associação livre, acerca das vivências, experiências e reflexões das bolsistas-pesquisadoras que acompanharam as *Rodas*. Ao longo do percurso de trabalho, as pesquisadoras perceberam que, seguidamente, os adolescentes demandavam músicas que versavam sobre as mais diferentes facetas da violência e vulnerabilidade presentes em seus cotidianos. Dentre elas, destacavam-se aquelas ligadas ao envolvimento com o tráfico de drogas e às abordagens policiais. A partir desse movimento, fomos observando que alguns meninos passaram a narrar episódios vividos em contextos similares aos das narrativas musicais – isso tanto na posição daquele que pratica, quanto daquele que sofre violência. Diante das histórias compartilhadas por eles, levantamos algumas interrogações: **Frente à proximidade com tais condições, podemos dizer que esses meninos do sistema socioeducativos vivenciam a passagem adolescente? Se sim, de que forma eles tem dado conta da tarefa que se impõe durante o adolescer, isto é, a tarefa de constituir um novo lugar psíquico e social para si a partir dos elementos oferecidos pelo laço social?** Partindo da experiência com as *Rodas de R.A.P.* e de elementos discursivos da cultura, pretendemos tensionar o campo da Psicanálise e Socioeducação através da investigação de algumas nuances que parecem atravessar a passagem adolescente em contextos de vulnerabilidade e violência no Brasil.

Palavras-chave: psicanálise; adolescência; socioeducação; violência; vulnerabilidade;

SUMÁRIO

1. NARRANDO UMA TRAJETÓRIA NA PESQUISA-EXTENSÃO	1
2. RODAS DE R.A.P. E A PESQUISA EM PSICANÁLISE: notas metodológicas .	3
3. DELINEANDO UM PROBLEMA DE PESQUISA NA SOCIOEDUCAÇÃO .	12
4. ADOLESCÊNCIA E PSICANÁLISE: nuances de uma passagem.....	14
4.1. <i>A puberdade em Freud: tecendo amarrações no campo da sexualização</i>	14
4.2. <i>A puberdade e os três tempos do Édipo em Lacan</i>	18
4.3. <i>O despertar da primavera e o encontro com o impossível do sexo e da morte..</i>	20
4.4. <i>A passagem adolescente como operação psíquica: reflexões contemporâneas.</i>	24
4.5. <i>Psicanálise, adolescência e o laço social contemporâneo</i>	27
5. ADOLESCÊNCIA, SOCIOEDUCAÇÃO E O TRÁFICO	31
5.1. <i>A violência como resposta sintomática: o “adolescente” e o “infrator”</i>	32
5.2. <i>A passagem adolescente na socioeducação e a impostura do adulto</i>	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

1. NARRANDO UMA TRAJETÓRIA NA PESQUISA-EXTENSÃO

Em meados de maio do ano de 2013, passei a integrar o Grupo de Pesquisa coordenado pela Prof^ª Rose Gurski. De lá pra cá, nossas pesquisas vêm sendo adensadas no eixo Psicanálise, Educação, Adolescência e Socioeducação junto ao Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC/UFRGS)¹. Nessas circunstâncias, ao estar vinculada como bolsista-pesquisadora de 2013 até o presente momento, tive a oportunidade ímpar de participar das diversas ações de pesquisa-extensão empreendidas pelo Grupo.

Na época em que me aproximei do Grupo, o projeto de pesquisa-extensão denominado “Cine na Escola: entre as bordas da educação e saúde mental”, realizado em uma escola pública da região do Arquipélago de Porto Alegre, estava prestes a ser retomado. A partir dele, passamos a oferecer um espaço de escuta, denominado *Cine na Escola*, no qual os adolescentes tinham momentos para falar de si e de suas inquietações. Em linhas gerais, durante essas oficinas, conjugávamos sessões de cinema, no formato de curtas, com a abertura de um espaço de conversação a fim de debater temas e assuntos da escolha dos jovens – estes referiam-se tanto às produções fílmicas, quanto aos aspectos de suas vidas².

Partindo, portanto, das reflexões e questionamentos suscitados por esse trabalho, que se constituiu através das lentes do cinema em composição com a psicanálise e com o campo da educação, foi possível alargarmos nossa mirada desde um outro ângulo. O aumento de situações de violência extrema envolvendo jovens – tanto como protagonistas, quanto como vítimas – levou-nos a interrogar o cenário da socioeducação³.

Nesse contexto, entre o final de 2014 e o início de 2015, com a elaboração do projeto de pesquisa-extensão “Os Jovens em Conflito com a Lei, a Violência e o Laço

¹ O NUPPEC é uma ação conjunta de docentes do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS. Participam do Núcleo professores, pesquisadores e bolsistas. O Núcleo é coordenado pelas professoras Carla Vasques, Rose Gurski e Simone Moschen. Para mais informações: www.ufrgs.br/nuppec e www.facebook.com/nuppec.

² Para mais detalhes, ver “A pesquisa em psicanálise e o ‘catador de restos’: enlaces metodológicos” (GURSKI & STRZYKALSKI, no prelo).

³ A socioeducação configura-se enquanto uma política pública resultante da conjunção entre Estado e sociedade civil. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990/2015), seu público alvo são os adolescentes autores de atos infracionais que, através do poder judicial, recebem uma medida socioeducativa. Além do caráter de sanção, o processo envolve a execução da medida socioeducativa deve visar o acesso e garantia de direitos – tanto do adolescente, quando de suas famílias.

Social”, iniciamos uma aproximação com uma instituição de execução de medida socioeducativa⁴ com a ideia de criar um espaço de escuta aos adolescentes acautelados em ICPAE (Internação com Possibilidade de Atividade Externa)⁵. Essa intervenção delineou-se na forma de um grupo de fala sem temáticas pré-estabelecidas, fortemente inspirada na livre-associação, em que foi possível escutar questões caras aos jovens para além dos delitos praticados. Em outras palavras, apostamos na possibilidade do surgimento de novos meios de enunciação de si que pudessem ser engendradas a partir da fala direcionada à escuta das bolsistas-pesquisadoras ligadas ao NUPPEC que acompanhavam o trabalho.

Ao final de 2015, passamos a um outro momento da pesquisa, caracterizado pela criação do dispositivo das chamadas *Rodas de R.A.P.* – aproveitamos o efeito equívoco que se forja com as iniciais do gênero musical rap (*rhythm 'n' poetry*) para formar as Rodas de *Ritmos, Adolescência e Poesia* – com adolescentes em IP (Internação Provisória)⁶. Através das *Rodas*, ofertamos o mesmo dispositivo de escuta baseado na livre circulação da palavra, mas, desta vez, em conjugação com narrativas musicais. É relevante dizer que a introdução dessa materialidade de forma mais sistemática configurou-se como um efeito das primeiras Rodas, pois os meninos demandavam um espaço para escutarmos as músicas “*deles*”, especialmente o rap e o funk.

Às bolsistas-pesquisadoras que acompanhavam as *Rodas*, coube articular e problematizar aquilo que ia se produzindo no discurso dos jovens a partir do encontro com as narrativas musicais e os mais variados aspectos de suas vidas. Temos compreendido que tal materialidade funciona tanto como um potente catalisador de questões, como também ofertando aos adolescentes uma outra temporalidade, baseada no ritmo distendido da arte e da poesia, que faz um contraponto à experiência que eles vivenciam na “*rua*”⁷, isto é, de que “*não dá tempo de parar e pensar, é matar ou morrer*”.

⁴ Em nosso Estado, a instituição responsável por tal função é a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS).

⁵ A medida de ICPAE tem por objetivo elaborar, junto da família, da rede pública e da equipe de profissionais da Unidade, a preparação do adolescente para o seu reingresso na sociedade “de forma parcial, gradual, planejada e monitorada” (BRASIL, 2014, p. 21).

⁶ A IP caracteriza-se enquanto uma espécie de porta de entrada da Instituição Socioeducativa, acolhendo os adolescentes suspeitos de terem cometido algum ato infracional e que, por alguma razão judicial, não puderam aguardar às audiências do seu processo em liberdade. (BRASIL, 2014, p. 19).

⁷ A “rua” é como eles se referem à vida fora da FASE.

Durante o ano de 2017, as *Rodas de R.A.P.* tiveram sua segunda edição, configurando-se como a terceira intervenção protagonizada pelo Grupo de Pesquisa na instituição socioeducativa com os meninos. Constituímos dois grupos, um deles com adolescentes da IP (Internação Provisória), do qual participei na posição bolsista-pesquisadora, e outro no âmbito da ISPAE⁸ (Internação sem Possibilidade de Atividade Externa). Através da palavra compartilhada entre os jovens e as pesquisadoras, intentamos abrir pequenas brechas para a possibilidade de construção de outros modos do sujeito se posicionar, estranhando algumas certezas que se repetiam e eram, até então, rígidas em suas falas.

Importa dizer que a decisão pela escrita de um capítulo inicial, relatando alguns dos diferentes momentos do Grupo de Pesquisa, justifica-se na medida em que esses compõe, sem dúvida, as principais experiências que me deram condições de levantar os questionamentos e teorizações que serão aqui apresentados. Desse modo, sem desconsiderar o processo mais amplo que diz respeito a essa trajetória que me antecede e daquela da qual eu fiz/faço parte, trataremos, neste Trabalho de Conclusão de Curso, de desdobrar e tensionar questões partindo, especialmente, da experiência que tivemos com as *Rodas de R.A.P.* na Internação Provisória nos anos de 2015-2016 (dezembro à janeiro) e 2017 (junho à setembro).

2. RODAS DE R.A.P. E A PESQUISA EM PSICANÁLISE: notas metodológicas

As chamadas *Rodas de R.A.P.* foram construídas desde o enlace entre a metodologia psicanalítica e os efeitos ético-metodológicos recolhidos do estudo sobre o tema da experiência em Walter Benjamin (1933/2012). Nesse sentido, as *Rodas* são um dispositivo de escuta baseado na livre circulação da palavra em conjugação com narrativas musicais escutadas coletivamente. Em caráter semanal, os grupos foram acompanhados por duas bolsistas-pesquisadoras ligadas ao NUPPEC e composto por, aproximadamente, dez adolescentes.

Inicialmente, nomeávamos esse dispositivo de *Oficinas* e não de *Rodas*. A decisão de modificar o nome da intervenção sustentou-se em uma questão institucional,

⁸ Ao receber uma medida de ISPAE em sentença condenatória é expressamente vedado ao adolescente a realização de atividades, tais como escolarização, profissionalização, atendimentos individuais, atendimentos em grupos e oficinas, fora do espaço físico da Unidade Socioeducativa (BRASIL, 2014).

já que se costumava chamar de *Oficinas* todas atividades realizadas pelos agentes socioeducadores com os adolescentes. Isso começou a gerar mal-estar, pois era como se o nosso trabalho estivesse “competindo” com aqueles que já eram feitos antes de nossa chegada e que tem, em sua maioria, um caráter pedagógico. Nesse sentido, escolhemos o termo *Rodas*, pois ele parece remeter mais à noção de um espaço de escuta pelo movimento da palavra que circula nas conversas em roda, um espaço outro que não se confunde, portanto, com as *Oficinas Socioeducativas*.

Ainda que a intervenção tivesse como *locus* a própria instituição socioeducativa, sublinhamos que não houve qualquer vinculação direta entre essa e os processos jurídicos dos adolescentes, condição que suscitou algumas especificidades ao trabalho. No que se refere ao sigilo, garantimos aos meninos que nada do que fosse falado no espaço das *Rodas* iria constar em relatórios ou documentos oficiais que pudessem vir a ter algum impacto na decisão sobre a aplicação ou não da medida socioeducativa durante o transcorrer de suas audiências. Além disso, não tivemos como prática o controle de presenças/faltas, uma vez que a nossa metodologia pressupõe a combinação de uma participação voluntária a cada semana.

Na intervenção de 2015, oferecemos um total de 10 vagas que foram, pouco a pouco, esvaziando-se em função dos adolescentes irem sendo desligados ou encaminhados para a unidade de execução correspondente à medida recebida ainda durante a realização das *Rodas*. Já em 2017, experimentamos algo diferente ao oferecer as mesmas 10 vagas, porém permanentes, o que nos possibilitou ir convidando outros adolescentes a participarem ao passo que as vagas iam tornando-se disponíveis de tempos em tempos.

Inicialmente, o critério de escolha dos jovens na Internação Provisória baseava-se pelo tempo de acautelamento, privilegiando-se, assim, aqueles que haviam ingressado mais recentemente na Instituição e/ou que se tinha, segundo a equipe técnica, uma perspectiva de permanência maior em função dos desdobramentos das audiências. Todavia, tal condição acabou sofrendo algumas modificações pelo fato dos adolescentes começarem, espontaneamente, a nos trazer indicações de nomes de outros meninos que diziam-se interessados em participar depois de ouvi-los contar sobre como estava sendo a experiência no grupo.

Mesmo que o nosso convite aos adolescentes procurasse ser transmitido enquanto tal e não como uma imposição, não podemos desconsiderar os atravessamentos percebidos em relação à lógica institucional que pouco deixa espaço para atividades voluntárias. Mesmo cientes do nosso posicionamento, os agentes costumavam *convocar* os adolescentes a comparecerem ao “*atendimento*”⁹, sem qualquer explicação do que se tratava nossa atividade. Por essa razão, tínhamos o cuidado de reforçar, com cada jovem, sobretudo no primeiro encontro, o caráter opcional de sua participação.

Consideramos um efeito muito importante para o trabalho esse movimento através do qual criou-se uma demanda de escuta via a indicação das *Rodas* entre os próprios adolescentes. Percebemos, no desenrolar da atividade, que esse modo de entrada foi muito mais potente do que o fator cronológico pensado inicialmente. Ao mesmo tempo em que indicavam nomes dizendo apenas que algum colega achara “*legal*” a proposta de ouvir música, também surgiram outras razões, como o caso de um menino que foi indicado por se perceber que este estava “*meio mal da cabeça, sem nem conseguir comer direito*”. Isso nos parece relevante na medida em que os adolescentes passaram a identificar, cada vez mais, as *Rodas* como um espaço de acolhimento tanto para aqueles que *lhes pareciam bem*, quanto para aqueles que *lhes pareciam mal*, isto é, que seria interessante, em ambos os casos, poder ter um espaço de fala e de escuta.

Recordemos que a psicanálise, conforme os ensinamentos freudianos, é, para além de uma modalidade de atendimento que se desdobra em um *setting* específico, um método de investigação que convoca e propicia condições para a emergência das manifestações do sujeito do inconsciente (GURSKI & STRZYKALSKI, no prelo). Em “A questão da análise leiga”, Freud (1926/2010) chega a enunciar que o emprego da terapia das neuroses seria apenas uma das aplicações da psicanálise, ainda que, naquela época, essa fosse sua atividade preponderante. Nesse sentido, considerando alguns novos impasses, mas sem perder rigor conceitual, é possível vislumbrarmos o exercício da psicanálise na socioeducação.

No caso das *Rodas de R.A.P.*, podemos citar os principais desafios que se colocaram ao nosso trabalho: cancelamento das *Rodas* em cima da hora por questões

⁹ Atendimento é a nomenclatura utilizada pelos agentes socioeducadores e adolescentes para se referirem, sem distinção, aos atendimentos realizados por algum profissional da equipe técnica (assistente social, psicóloga, advogado, educador físico, etc.).

institucionais, gerando, por vezes, a impossibilidade de realizar a atividade naquela semana sem que se pudesse avisar os adolescentes do imprevisto; rotatividade dos jovens em função da peculiaridade da Internação Provisória; agentes socioeducadores que entravam na sala e interrompiam o fluxo da atividade, bem como outras ações que pareciam fazer resistência à nossa presença na instituição; adolescentes com os quais não conseguíamos fazer um momento de fechamento em razão do recebimento da medida ou do desligamento antes do dia das *Rodas*; dificuldade de conseguirmos suportar escutar histórias em que os adolescentes relatavam protagonizar atos de extrema violência, bem como narrativas em que eles foram objetos dela. De modo geral, entendemos que a melhor estratégia para lidar com esses impasses é a de construir parcerias – não com os adolescentes e tampouco com os profissionais, mas, sim, com a escuta do Outro que emerge nessas situações. Assim, ao invés de paralisarmos-nos por tais acontecimentos, transformamos-os também em material de pesquisa.

Seguindo na esteira do pensamento freudiano, temos Lacan (1974b/2003) e os conceitos de psicanálise em intensão e extensão. Ele as situa topologicamente na banda de Moebius, representando, assim, o fato de que não é possível pensar na presentificação da psicanálise no mundo, a extensão, sem que se leve em consideração sua intensão, a análise de cada um. Temos, assim, que o que define uma psicanálise não é algo de ordem material, poltrona e divã, mas, sim, daquilo que é da ordem do desejo do analista (LACAN, 1964/2008). Ao abdicar do seu desejo enquanto semelhante e ser tomado por tal desejo peculiar – desejo de nada, desejo de que o outro possa desejar – o terapeuta é capaz de escutar com sua *falta-a-ser*, isto é, com aquilo que resta da experiência de elaboração da perda do objeto de completude, perda irreconciliável e fundante do psiquismo, quando da entrada do sujeito no campo da linguagem e das trocas simbólicas.

Apesar de tratarmos das *Rodas* referindo-nos a elas como *o campo da pesquisa*, salientamos que, a rigor, essa distinção entre pesquisa psicanalítica de campo e pesquisa teórica pode ser problematizada. Segundo Elia (2000), a pesquisa em psicanálise sempre tratará da investigação de um campo, que é, para nós, o campo do inconsciente – seja ela realizada em consultório, em espaços criados a partir de dispositivos clínicos ou não. O que vai caracterizar a peculiaridade da pesquisa em psicanálise e distingui-la de outras concepções é o modo pelo qual o saber em questão será produzido. Ao extrair seus princípios metodológicos das consequências do próprio funcionamento do

inconsciente, a pesquisa psicanalítica não pode deixar de levar em consideração: a *transferência e noção de atenção flutuante*; a temporalidade do *a posteriori*; e as consequências de uma *ética específica da psicanálise*.

A transferência é um fenômeno universal, sendo a descoberta freudiana perceber a potência terapêutica de seu manejo na cena analítica (MEIRELLES, 2012). É em transferência que o paciente exercita, na direção do analista, sua compulsão a repetir em ato, e não como lembrança, os conteúdos que se encontram recalçados em seu inconsciente (FREUD, 1914/2010). Para poder escutar as manifestações inconscientes que surgem na transferência, o psicanalista deve permanecer em um regime de atenção flutuante (FREUD, 1912b/2010). Isso significa que ele não deve estar preocupado em notar algo específico de antemão, mas, sim, em manter-se em um estado de suspensão da escuta que lhe possibilite que, de súbito, algum significante especial possa acabar surgindo grifado em seu ouvido.

O que extraímos dessas primeiras concepções para a pesquisa em psicanálise é que seu trabalho também se dá em transferência e atravessado pela atenção uniformemente suspensa – seja em relação à fala de um paciente, a um filme, aos materiais clínicos de registro ou aos textos teóricos estudados. No caso deste TCC, trabalharemos com a análise dos chamados *diários de experiência* (GURSKI & STRZYKALSKI, no prelo), principal material que compõe o *corpus* da pesquisa das *Rodas de R.A.P.* e que será detalhado a seguir. A análise desses registros, bem como dos textos teóricos, deu-se através do operador conceitual da “leitura-escuta”, isto é, uma leitura dirigida pela escuta em atenção flutuante dos textos reunidos com a finalidade de construir um ensaio acerca da temática abordada (CAON, 1994; IRIBARRY, 2003).

Outra questão importante é que, diferente de outros tipos de investigação historicamente hegemônicas, não é possível ao psicanalista antecipar-se à experiência com o campo (ELIA, 2000) – a formulação de um enigma se dá apenas posteriormente à imersão do pesquisador na Outra Cena trazida pelo sujeito. Nesse sentido, a frase que Lacan (1964/2008, p. 15) retoma de Picasso, “eu não procuro, acho”, tem a potência de transmitir, de forma sintética e precisa, este fazer-pesquisa tão singular inaugurado por Freud. Aliás, talvez seja precisamente esse caráter subversivo que distancia a pesquisa psicanalítica de outros modos de investigação o que levou o psicanalista francês a asseverar em um de seus seminários: “para mim, jamais me considere um pesquisador” (LACAN, 1964/2008, p. 15).

Outro elemento metodológico refere-se à temporalidade do *a posteriori* (FREUD, 1895/1969) como o intervalo necessário para que seja possível construir uma narrativa acerca do que é vivido. A escrita do que temos nomeado de *diários de experiência* (GURSKI & STRZYKALSKI, no prelo) parte, precisamente, dessa noção de algo que decanta apenas em um segundo momento. Inspirado no movimento da associação-livre (FREUD, 1912a/2010), essa ferramenta tem como princípio a tentativa de transpor para a instância da letra aquilo que se desembarçou no âmbito das vivências do pesquisador no campo. Essa é uma ferramenta metodológica que lida radicalmente com a falta, uma vez que não tem por objetivo ser uma tradução *tal e qual* do que aconteceu nas *Rodas*, sobretudo por estar ciente da existência de um ponto de intransmissibilidade na linguagem que sempre resta e insiste sem possibilidade de inscrição frente às vivências e experiências que temos.

Metodologicamente, os *diários* apresentam uma escrita norteada, sobretudo, pelo movimento da associação livre, o que pode causar um certo estranhamento inicial para quem os lê. Isso porque, de maneira geral, estes registros se parecem com um texto fragmentado, aparentemente inacabado, por vezes sem uma articulação evidente entre parágrafos ou frases que se seguem. Para a construção desse instrumento teórico-metodológico, inspiramo-nos em três fontes: nas anotações e comentários breves de Walter Benjamin, guiados por “seu olhar fragmentário, não por renunciar à totalidade, mas por procurá-la nos detalhes quase invisíveis” (SARLO, 2013, p. 35); nos diários de campo, dispositivo advindo dos estudos antropológicos e da etnografia; e, por fim, nas notas breves que Freud (2004) dedicou-se a escrever em seus últimos anos de vida – nas notas breves é possível encontrar o esboço de grandes conceitos da teoria psicanalítica ao lado de notícias coloquiais (GURSKI & STRZYKALSKI, no prelo).

O tempo do *a posteriori* (FREUD, 1895/1969) sugere a ideia de um movimento retroativo em que a vida psíquica e o passado estão constantemente sendo remanejados e transformados pelos acontecimentos mais recentes. Podemos também pensar a lógica do *a posteriori* ou do só-depois como um movimento constituído por três tempos que se articulam. O segundo, tempo que seria da intervenção do pesquisador a partir daquilo que, por ele estar em atenção flutuante, pôde, de súbito, lhe aparecer grifado na escuta, ressignifica o primeiro (um fragmento discursivo qualquer, aparentemente trivial) gerando um terceiro, isto é, a transformação do primeiro a partir dos deslizamentos de sentido e criação do novo no campo da linguagem.

Nesse contexto, é condição *princeps* que, durante todo o processo, o pesquisador-psicanalista possa manter uma relação de surpresa com seus achados que são, como diz Caon (1997), serendípicos – descobertas essencialmente acidentais, mas intencionadas pelo desejo inconsciente do pesquisador, que surgem através do trabalho daquele que toma elementos triviais de um discurso e dá a eles um novo estatuto. O já referido aforismo “Eu não procuro, acho” (LACAN, 1964/2008, p. 15) remete também ao fato de que quem procura sempre acaba achando o que quer, não deixando espaço para a serendipidade, para o tempo do *só-depois*, em que é possível um encontro capaz de provocar surpresa e estranhamento ao pesquisador. Esse modo de pesquisar sustenta-se em uma ética específica, a ética da psicanálise.

As perguntas que orientam este estudo, que serão relatadas na próxima sessão, surgiram no *só-depois* das experiências com as *Rodas de R.A.P.* É evidente que já tínhamos como pano de fundo o tema da adolescência, uma vez que esse é um ponto que perpassa boa parte das investigações de nosso Grupo de Pesquisa, sobretudo em interlocução com o campo da Psicanálise e Educação. O que constitui a singularidade da presente pesquisa é o recorte que fizemos nesse vasto campo, através do levantamento de algumas interrogações com base naquilo que escutamos serendipicamente ao longo do trabalho – isso tanto nas próprias *Rodas*, quanto nos textos teóricos e produções da cultura.

Diferente de outros campos da ciência, tratamento e pesquisa são duas dimensões que se encontram altamente articuladas para a psicanálise (FREUD, 1912b/2010). Isso quer dizer que não há como escutar o sujeito sem que isso seja acompanhado de um trabalho de investigação do inconsciente, da mesma maneira como não há condições de se pesquisar em psicanálise se o pesquisador não estiver atravessado por uma ética que possibilite a emergência das manifestações do inconsciente. Relacionamos a isso o que Lacan (1964/2008) diz sobre o sujeito do inconsciente ser o sujeito da ciência, distinguindo-os apenas em razão de que, enquanto o primeiro está radicalmente implicado no campo de sua experiência, o segundo permanece à margem em nome do princípio de neutralidade científica. Sendo assim, a presença do desejo que move o pesquisador, o desejo do analista, é pré-condição para que aconteça uma pesquisa em psicanálise – é desejo de que o Isso possa falar.

Ser parte integrante de sua pesquisa, operando com sua *falta-a-ser*, é um pressuposto ético! Para a psicanálise, não há qualquer modelo ou ideal pré-concebido

sobre como o sujeito deve se orientar no mundo, sobre o que é errado, sobre o que é certo. No limite, trata-se de bem-dizer (LACAN, 1974c/2003) o sujeito, oferecendo condições para que ele possa falar nos termos da associação livre, ou seja, sem se preocupar com julgamentos morais e eximindo-se ao máximo de censura.

Ao intervirmos nas *Rodas de R.A.P.* a partir da ética do bem-dizer, convidamos os adolescentes a desdobrarem na fala aquilo que, inicialmente, apareceu como um discurso unívoco e cronificado. Tal posição nos possibilita escutar sem a pretensão de ocupar um compromisso com a posição do mestre, suportando de outra forma aquilo que, do lado dos sujeitos da socioeducação, sempre resta como falta.

Em suma, o pesquisador em psicanálise deve oferecer condições para que seus achados possam advir pela palavra através da abertura aos equívocos, aos contrassensos, às repetições – aquilo que aparece como Outro¹⁰, como alteridade, como o estranho-familiar. Com esses achados serendípicos – que emergem *a posteriori*, a partir da escuta em relação transferencial pautada pela ética da psicanálise e em atenção flutuante – ele deve poder estabelecer um tipo de relação que não os demonize ou desconsidere-os por serem, aparentemente, triviais, mas, sim, escuta-los como discursos inéditos de um sujeito singular.

Reconhecendo tais circunstâncias éticas, afirmamos que, a partir das intervenções em transferência e em atenção flutuante, o pesquisador dirige o tratamento (e a pesquisa!), mas nunca o sujeito – se o fizer, já não se trata mais de psicanálise (LACAN, 1958/1998). Assim como nas intervenções das *Rodas de R.A.P.*, a posição ética do pesquisador em psicanálise segue nos acompanhando na escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso. Desta feita, não temos como objetivo postular o que seria A Verdade sobre a passagem adolescente desses meninos, principalmente porque não acreditamos que seja possível universalizar e homogeneizar suas vidas. Tampouco temos a pretensão de sugerir como deveria ser adolecer em um mundo ideal. As construções aqui apresentadas, feitas com base na leitura-escuta (CAON, 1994;

¹⁰ Ao longo de sua obra, Lacan formulou diferentes desdobramentos sobre a noção de Outro (A), *Autre* em francês. Uma dessas facetas refere-se ao grande Outro como lugar de alteridade radical que se apresenta ao pequeno outro (a) – nosso semelhante com quem mantemos uma relação de identificação através da especularidade imaginária (LACAN, 1954-55/2010). Nessa via, o Outro também pode ser pensado a nível dos discursos que existem, além e aquém de nós mesmos, e que nos constituem como seres de linguagem – é somente ao sermos, primeiro, falados por um Outro que se abrem as possibilidades de ascender ao campo da polissemia do significante proporcionada pelo princípio de equivocidade do inconsciente (QUINET, 2008).

IRIBARRY, 2003) dos diários de experiência, buscam apenas nomear e adensar teoricamente o que escutamos como uma certa repetição na fala dos adolescentes, o que pode vir a trazer novos elementos às discussões que se ocupam de pensar o campo da Psicanálise e Socioeducação.

Somam-se às contribuições da psicanálise os efeitos ético-metodológicos que extraímos do estudo do tema da experiência em Walter Benjamin (1933/2012). Benjamin já nos acompanha há bastante tempo na pesquisa (GURSKI, 2008, 2012b, 2014; GURSKI & STRZYKALSKI, no prelo), uma vez que, além de fornecer-nos elementos de reflexão para problematizar a fisiologia do laço social atual através dos textos sobre o esvaziamento da dimensão da experiência, também tem se mostrado muito potente para pensarmos modos de levar a psicanálise para outros sítios.

Em linhas gerais, no que concerne às questões metodológicas, tomamos a alegoria do catador de restos e do *flâneur* – figura que Benjamin retirou dos escritos de Charles Baudelaire – para pensar a posição-tempo da experiência do pesquisador em psicanálise ao circular por instituições que alargam as bordas da clínica tradicional com adolescentes, tal como é o caso das *Rodas de R.A.P* na socioeducação (GURSKI & STRZYKALSKI, no prelo).

O catador de restos era uma figura que perambulava pelas cidades modernas em busca daquilo que grande parte da sociedade considerava inútil: lixo, sucata, migalhas, materiais descartáveis. Acreditamos que, não por acaso, Benjamin constantemente convida-nos a pensar sobre a importância de catar os restos, de tomá-los a partir de sua potência. Foi justamente desde as ruínas históricas que o filósofo encontrou uma maneira de conseguir sobreviver à cultura de sua época (GURSKI, 2008), recolhendo os elementos banais do presente e os detritos do passado para forjar maneiras de interrogar as questões de seu tempo.

Benjamin (1937/1989) tomou também o *flâneur* de Baudelaire, figura destoante em relação ao ritmo efervescente da Paris do século XIX. Esse personagem também pode ser considerado como uma espécie de catador de restos, pois conseguia perceber lugares, pessoas e cenas que só se desvelavam em função de seu ritmo arrastado e leve. O olhar diferenciado do flâneur, atravessado pelas lentes de um tempo distendido, é capaz de captar, nas banalidades da vida cotidiana, o que há de mais extraordinário no mínimo detalhe. Pensamos que Benjamin, inspirado pela sensibilidade de Baudelaire

frente aos novos tempos da modernidade, também seguiu pelas trilhas do detalhe mínimo, caçando as pérolas, colecionando-as e tentando, a partir daí, inscrever o novo desde os chamados tempos sombrios (BENJAMIN, 1933/2012).

A recomendação feita por Freud acerca de um estado de atenção suspensa nos coloca a refletir sobre a função do resto. A partir da Psicanálise, podemos pensar que não há uma questão valorativa que diminua a importância dos detalhes, pelo contrário, sustenta-se que esses fragmentos, trazidos pelo paciente, tem tanta importância quanto a narrativa de um acontecimento extraordinário: “como se vê, o preceito de notar igualmente tudo é a necessária contrapartida à exigência de que o analisando relate tudo o que lhe ocorrer, sem crítica ou seleção” (FREUD, 1912b/2010, p. 150).

Nesse diapasão, pensamos que um dos fios que enlaçam essas diferentes questões teórico-metodológicas encontradas em Freud, Benjamin e Baudelaire é aquele que trata sobre as condições necessárias para o surgimento de uma outra temporalidade, tanto do sujeito, como do acontecimento (GURSKI & STRZYKALSKI, no prelo). Lembremos que um acontecimento, tomado como os episódios que vão compondo nossas vidas, como escutar a uma música por exemplo, pode ou não decantar em experiência, não há uma garantia prévia a esse processo, mas uma aposta de que as vivências possam vir a decantar em experiências, fazerem marcas que perdurem no tempo, na medida em que são compartilhadas. Entendemos que só é possível apostar nisso e ocupar a posição do catador de restos, do *flâneur* e daquele que se propõe a operar a partir da atenção flutuante se estamos igualmente suspensos por um tempo mais livre, distendido (GURSKI & STRZYKALSKI, no prelo).

É justamente esse ritmo mais desacelerado que pode ser pensado como aquilo que caracteriza o que está no âmago de nossa metodologia de trabalho com os adolescentes – tanto na intervenção com *Rodas de R.A.P.*, quanto na produção dos materiais de registro já referidos aqui, os diários de experiência. Percebemos que, ao nos colocarmos nessa posição e oferecermos também a eles essa possibilidade, fomos capazes de escutar e recolher os traços mínimos presentes em seus discursos.

3. DELINEANDO UM PROBLEMA DE PESQUISA NA SOCIOEDUCAÇÃO

Ao longo do percurso de trabalho, as pesquisadoras perceberam que, seguidamente, os adolescentes demandavam músicas que versavam sobre as mais

diferentes facetas da violência e vulnerabilidade presentes em seus cotidianos. Dentre elas, destacavam-se aquelas ligadas ao envolvimento com o tráfico de drogas¹¹ e às abordagens policiais. A partir desse movimento, fomos observando que alguns meninos passaram a narrar episódios vividos em contextos similares aos das narrativas musicais – isso tanto na posição daquele que pratica, quanto daquele que sofre violência.

Amiúde, quando relatavam episódios em que eram protagonistas de atos violentos, faziam-no bastante empolgados, como se contassem a cena de um filme de ação, ao mesmo tempo em que racionalizavam tais acontecimentos pela lógica do “*é matar ou morrer*”. Lembramos de Renato¹² que, em detalhes, contou que só matou durante o assalto que fez por “*culpa da vítima*”, já que essa, ao invés de ficar imóvel, movimentou-se bruscamente em um dado momento. Esse mesmo modo de contar repetia-se quando falavam sobre os “*contras*”, isto é, rivais de outras facções com os quais se confrontavam a fim de angariar novos territórios de poder e influência ou apenas para manter as bocas de tráfico já conquistadas dentro das comunidades.

Quanto às histórias em que os jovens apareciam vivenciando situações de violência, notamos que suas narrativas quase sempre eram acompanhadas de falas como “*mas não adianta falar, ninguém quer ouvir, a gente é menor infrator*”. Diziam se sentir inibidos para tratar de tais assuntos em outros espaços que não as *Rodas*, pois achavam que sua palavra não tinha valor. Sobre esse tipo de cena, lembramos de Tiago que, certa vez, visivelmente emocionado, contou-nos sobre o dia em que “*caiu*” – foi apreendido pela polícia – junto de outros dois meninos. Ele nos disse que, além de ter sido espancado, também acabou permanecendo por mais tempo na delegacia, justamente para que os sinais de violência ficassem menos aparentes antes dele ser encaminhado à Unidade de IP. Apesar do exame de corpo de delito ser uma prática obrigatória no contexto da apreensão, os adolescentes contaram que quase sempre mentem o motivo das escoriações por terem medo de represálias futuras, uma vez que, de acordo com eles, os profissionais responsáveis por executar tal tarefa e os policiais se conhecem e trocam informações.

Diante da crueza das histórias compartilhadas, levantamos algumas interrogações: **Frente a proximidade com tais condições de violência e**

¹¹ Durante as duas edições das *Rodas R.A.P.*, percebemos que a maioria dos jovens eram ligados à alguma facção, ainda que seus atos infracionais não fossem, necessariamente, enquadrados como tráfico.

¹² Todos os nomes empregados neste trabalho foram modificados a fim de garantir o anonimato dos adolescentes.

vulnerabilidade, esses jovens do sistema socioeducativo tem podido experimentar a passagem adolescente? Se sim, de que forma esses meninos tem dado conta de responder ao enigma que se forja na relação com o Outro durante o adolescer? Quais elementos tem sido ofertados pela cultura a fim de que possam constituir um novo lugar psíquico e social para si?

Para dar início aos desdobramentos de tais questões, propomos para o próximo capítulo deste trabalho: um breve retorno às contribuições de Freud acerca do processo pubertário e seus efeitos psíquicos para o sujeito; daí, seguimos com Lacan – primeiro revisitando os três tempos do Édipo articulados à puberdade e, depois, tomando a dimensão dos impossíveis do despertar sexual; articuladas a tais discussões feitas pelos fundadores da psicanálise, trazemos também construções feitas por psicanalistas que não só deram seguimento, como também ênfase aos estudos da adolescência, formalizando seu estatuto de operação psíquica estruturante; por fim, abordaremos as relações entre os discursos do laço social contemporâneo e seus efeitos para a passagem adolescente.

4. ADOLESCÊNCIA E PSICANÁLISE: nuances de uma passagem

4.1. A puberdade em Freud: tecendo amarrações no campo da sexuação

Ao tomarmos a obra freudiana, não encontramos, à primeira vista, uma teorização acerca da adolescência – pelo menos não com todo vigor como a concebemos hoje. Isso não deve surpreender-nos tanto se partirmos do pressuposto de que o adolescer, entendido enquanto um período de crise enfrentado por toda criança que está em vias de tornar-se adulta, configura-se, na verdade, como um mito americano datado do início do século XX que encontrou forças para difundir-se especialmente depois da Segunda Guerra Mundial (CALLIGARIS, 2000).

Na época das construções de Freud, o próprio termo “adolescência” ainda era considerado bastante incomum e inconsistente, sendo preferível, então, o uso de outras nomenclaturas, como “jovem” ou “púbere”, para referir-se às pessoas que experimentavam as mudanças biológicas e psíquicas decorrentes do advento da puberdade (GUTIERRA, 2003).

Ora, mas se a adolescência é uma construção social, o mesmo não pode ser dito da puberdade que, como processo universal de maturação do corpo humano, sempre se fez presente. Essa, sim, foi contemplada pelas investigações do pai da psicanálise, ainda que, ao longo do tempo, tenha sofrido mudanças significativas em relação ao seu lugar na teorização da constituição psíquica do sujeito. Desse modo, podemos situa-la em pelo menos três âmbitos distintos (GUTIERRA, 2003).

Em um **primeiro lugar**, antes da publicação dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/2010) – texto em que Freud busca sustentar as bases e extrair as consequências da tese mais inovadora e subversiva da psicanálise, ou seja, a existência da sexualidade infantil – a puberdade ainda era considerada como o momento de surgimento das moções sexuais no ser humano. Freud desenvolve sua argumentação com base na ideia de que, a partir do despertar da sexualidade, elevar-se-iam as quantidades libidinais gerando, assim, um excedente de excitação, na forma de energia, potencialmente capaz de produzir fenômenos patológicos.

O **segundo lugar** da puberdade na teoria freudiana advém da relação com o período posterior a 1893 (GUTIERRA, 2003), quando Freud passa a asseverar, apoiando-se na teoria da sedução infantil, que, na etiologia das neuroses, há sempre uma causa sexual envolvida. Assim, a origem das neuroses seria decorrente de traumas sexuais vivenciados passivamente na infância, episódios em que a criança, ser de pura inocência, teria sido seduzida por um adulto. Tal experiência não produziria efeitos imediatos, mas marcaria o psiquismo infantil com traços que, somente *a posteriori*, seriam reativados, produzindo, então, certas formações sintomáticas.

A puberdade passa a ser situada justamente como esse outro tempo, sobretudo em função de seu excedente de energia passar a funcionar como uma vasta reserva libidinal capaz de investir as referidas marcas sexuais infantis outrora dormentes que derivaram do evento traumático. Nesse contexto, é importante ressaltar que a puberdade deixa de ser tomada como único fator capaz de gerar uma neurose, ainda que permaneça altamente envolvida nesse processo.

Além de tomar a puberdade como um momento propício ao surgimento de manifestações sintomatológicas, Freud também tratou de discuti-la como o tempo em que se desenrolaria o processo de diferenciação sexual do sujeito. Na “Carta 75” (FREUD, 1897d/1996) endereçada a Fliess, já encontramos tal hipótese que será

lapidada posteriormente em “Três Ensaio” (FREUD, 1905/2010). Aqui a ideia é que, enquanto as meninas são tomadas por uma repugnância sexual não neurótica, os meninos tem incrementada sua libido durante a puberdade. Para Gutierrez (2003, p. 32, grifo nosso), “trata-se, portanto, de considerar a puberdade como momento orgânico que gera um efeito psíquico – a mudança física gera um excesso de libido, *cuja carga potencializa lembranças infantis e exige um posicionamento no campo da sexualização*”.

Por fim, temos o **terceiro lugar** dado à puberdade na teoria freudiana, esse sendo situado no contexto da publicação dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (FREUD 1905/2010). Entretanto, é preciso voltarmos um pouco antes para lembrar que, em 1897, vemos Freud, ainda em correspondências com Fliess, abandonar a teoria da sedução infantil – “eu não acredito mais em minha neurótica”! (FREUD, Carta 69, 1897a/1996, p. 265) – e, quase que simultaneamente, descobrir o complexo de Édipo através de sua autoanálise (FREUD, Cartas 70 e 71, 1897b/1996 e 1897c/1996 respectivamente). Tais questões são de extrema relevância, pois levaram à guinada da teoria freudiana ao forçar o reconhecimento de que não só há moções sexuais que já atuavam normalmente na mais terna infância, como também que elas não necessitam de estimulação externa para manifestarem-se – o que, por conseguinte, faz da sexualidade não mais uma exclusividade da puberdade.

Nos “Três ensaios” (FREUD 1905/2010), observamos que segue sendo mantida a hipótese acerca da puberdade como um momento propício ao surgimento da neurose. Isso porque, durante esse período, a sexualidade infantil e sua respectiva predisposição a uma organização perverso polimorfa acabam por se encontrar em conflito com as solicitações da vida sexual dita normal exigida pela sociedade.

Em termos de desenvolvimento psicosexual, a entrada do sujeito na puberdade coloca como tarefa a necessidade de se efetuar um rearranjo da organização essencialmente autoerótica da vida sexual infantil em que as pulsões parciais tem o próprio corpo da criança como objeto, atuando independentemente umas das outras na busca pela obtenção de prazer. Agora, as moções pulsionais passam a dirigir-se a um objeto alheio ao sujeito, orientando-se sob o primado de apenas uma zona erógena, a genital, visando à função reprodutora.

Nesse sentido, é como se a escolha objetal feita na infância tivesse de ser confirmada durante a puberdade, caracterizando essa última, portanto, como um

momento de amarração da frouxa organização sexual infantil, garantindo certa consistência à resposta dada pelo sujeito acerca de seu lugar no campo da sexualidade – seja mulher, homem ou outra construção psíquica. É relevante dizer que, para formular tal resposta, Freud (1905/2010) aponta para a importância tanto de fatores constitucionais como acidentais, o que nos dá pistas de que ainda é possível, sim, vislumbrar o advento do novo na puberdade. Retomar este ponto é fundamental, uma vez que, a partir dele, deslocamo-nos das concepções equivocadas acerca da psicanálise como uma teoria de cunho determinístico em que se trataria simplesmente de fazer cumprir uma espécie de vaticínio construído durante a infância.

Nessas circunstâncias, lapidando as construções germinais de 1897, se daria na puberdade uma certa revivescência das fantasias edípicas incestuosas em relação às figuras parentais que foram constituídas ainda durante a fase fálica. Essas terão de sofrer um novo golpe do recalçamento, uma vez que, durante a latência, houve tempo suficiente para que se erigisse a barreira do incesto no psiquismo do sujeito como uma resposta às exigências da cultura em troca da garantia de um lugar no laço social. Esse processo é sentido pelo jovem como uma perda dolorida, sendo necessário fazer o luto de tal vivência, culminando na possibilidade de que, ao fazer uso dos traços que constituíram sua novela familiar na infância, possa advir o novo por meio da escrita psíquica de uma ficção em nome próprio.

Por fim, como muito bem apontado por Gutierrez (2003), não poderíamos deixar de dizer que a aqui referida noção de genitalidade articulada à puberdade, se analisarmos-na na perspectiva mais ampla da obra freudiana, é marcada por controvérsias. Se, por um lado, Freud a estabelece como o período em que é possível levar à cabo a promessa feita na infância, isto é, de experimentar plenamente o encontro com o outro sexo, por outro, o psicanalista também assevera sobre os impossíveis atrelados à castração – o que caracterizaria a genitalidade, portanto, como um ideal inatingível. A adolescência, nesse diapasão, seria justamente o trabalho psíquico dispendido na direção de circunscrever simbolicamente isso que se apresenta como o real inapreensível do campo da sexualidade – ponto este trabalhado por Jacques Lacan, autor das contribuições que abordaremos a seguir para dar seguimento às nossas investigações.

4.2. A puberdade e os três tempos do Édipo em Lacan

Seguindo as pistas de Freud, Lacan, no *Seminário 5* (1957-58/1999), toma a puberdade como o momento em que o sujeito finalmente poderá fazer uso dos títulos recebidos na infância para afirmar-se legitimamente homem ou mulher. Nas palavras de Lacan (1957-58/1999, p. 176)

Não estou dizendo que desde logo e imediatamente ele seja um pequeno macho, mas ele pode tornar-se alguém, já está com seus títulos de propriedade no bolso, com a coisa guardada, e, quando chegar o momento, se tudo correr bem, se o gato não comê-lo, no momento da puberdade, ele terá seu pênis prontinho, junto com seu certificado – aí está papai que no momento certo o conferiu a mim.

Dito de outro modo, a puberdade seria o tempo em que o sujeito deverá ser capaz de formular uma resposta em nome próprio à questão primordial: *afinal, quem sou eu?* Para levar à cabo tal tarefa que implica na criação de um novo dito sobre si, o sujeito deverá fazer uso daquilo que construiu na relação com seu Outro durante os três tempos do Édipo (LACAN, 1957-58/1999).

Ora, tendo em vista o peso da questão edípica para a estruturação psíquica, é pertinente retomarmos o que está em jogo nessa relação. Antes de mais nada, é preciso dizer que o desejo incestuoso relativo à mãe e a tensão agressiva direcionada ao pai, cenas tomadas, por vezes, tão caricaturalmente como anedota, compõe apenas uma das facetas do complexo de Édipo, mais especificamente, a imaginária. Há outra, simbólica, que diz respeito aos dilemas que se colocam aos indivíduos em função da necessidade de todo humano de ser filho, de ser sexual e de estar inscrito num grupo para exercício dessa sexualidade (CABAS, 1982). Nesse sentido, o Édipo é muito mais complexo do que “amor à mamãe e ódio ao papai”, operação através da qual “um ‘pedacinho de carne com boca e olhos’ assume uma forma erógena, isto é, libidinal, isto é, humana” (CABAS, 1982, p. 117).

No **primeiro** tempo, temos a criança que, apesar de ter saído da fase identificatória do estágio do espelho e já esboçar um sujeito, ainda se encontra em uma relação de indistinção quase fusional com a mãe (DÖR, 1989). É precisamente em função da proximidade em que se dão as trocas entre a díade mãe-bebê e por estar radicalmente assujeitada ao discurso materno que a criança buscará identificar-se com aquilo que supõe ser o objeto de desejo da mãe, seu Outro primordial.

É nesse início que temos a produção do falo, ou seja, do objeto mítico que é capaz de suprimir a falta no Outro, tendo condições, portanto, de sustentar a fantasia de

uma mãe fálica que (ilusoriamente) faz Um com seu bebê. Durante esse momento, o pai só circula de forma velada no discurso da mãe, não tendo força suficiente para atuar operando o corte nessa relação em que a criança situa-se como *sendo* o falo materno.

Nesse nível, a questão que se coloca é ser ou não ser, *to be or not to be* o falo. No plano imaginário, trata-se, para o sujeito, de ser ou não ser o falo. A fase a ser atravessada coloca o sujeito na situação de escolher. (LACAN, 1957-58/1999, p. 192)

O prenúncio do **segundo** tempo do Édipo se dá quando a problemática fálica, até então assegurada na afirmação do *ser*, é desestabilizada e transformada em dilema: *ser* ou *não ser* o falo da mãe. A vacilação da identificação fálica primitiva se dá como efeito inicial da intrusão paterna sob a forma da lei da castração, isto é, da interdição do incesto na relação mãe-criança-falo. Nessas circunstâncias, o pai intervém privando a mãe, remetendo-a a uma lei que não é a dela e de seus caprichos, mas, sim, de um Outro.

É em função do pai surgir na vida subjetiva da criança como um estranho que a desbanca da posição fálica no desejo do Outro que ele é tomado imaginariamente como rival. Enquanto pai tirano e privador da mãe, ele faz com que a criança não só questione sua identificação fálica, como também renuncie a ser o objeto de desejo da mãe que, nesse ponto, já não é mais vista como onipotente.

O **terceiro** tempo do Édipo consiste no declínio do complexo, momento em que o sujeito deve produzir uma solução que dê conta dos impasses gerados entre a problemática fálica e o complexo de castração. O pai já não é visto como intruso e privador, mas, sim, como aquele que pode oferecer o acesso ao falo através de objetos substitutivos que circulam na cultura – processo que se torna possível através da metaforização do significante paterno da lei. É nesse sentido que a dialética do *ser* de outrora passa a dar lugar à dialética do *ter* ou *não ter* o falo (DÖR, 1982).

Como sujeito barrado, uma vez que a fundação do recalque originário no inconsciente é produto da instalação da metáfora paterna que substitui o primeiro significante materno introduzido na simbolização, a criança deverá eleger para si um objeto alhures ao invés de simplesmente identificar-se como objeto do desejo do Outro primordial. Nesse sentido, a importância da função simbólica do pai reside tanto na dimensão da castração ao barrar o gozo do Outro e instaurar a falta, quanto na dimensão estruturante ao oferecer condições para que a criança possa aceder como sujeito desejante, usufruindo de um gozo fálico mediado pela linguagem. Aliás, é justamente

com esse gozo fálico, com o que restou da interdição, que o jovem deverá “se virar” na puberdade, posicionando-se como homem ou como mulher no campo da sexualidade (GUTIERRA, 2003).

Antes de seguirmos, é preciso frisar que a função da castração não é exercida pela pessoa do pai da realidade, mas, sim, pela palavra do pai. Isso significa que estamos no âmbito do pai como significante que sustenta sua eficácia simbólica ao encontrar reconhecimento no desejo da mãe, motivo pelo qual Lacan fala em Nome-do-Pai ou metáfora paterna. Para ele (LACAN, 1957-58/1999, p. 201), a metáfora paterna desempenha a função de levar “a instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardada de reserva, e cuja significação se desenvolverá mais tarde”.

Sobre essa questão de uma significação que se desenvolve *a posteriori*, é preciso ponderar que o modo como esse processo se dá não é muito elucidado na obra lacaniana (GUTIERRA, 2003). O que fica claro é que, para isso acontecer, o sujeito deve ter passado pelo complexo de Édipo, implicando a inscrição do Nome-do-Pai e a abertura ao campo das identificações que sustentam o Ideal do Eu. De acordo com Gutierrez (2003), podemos pressupor que a adolescência será justamente esse tempo dispendido pelo sujeito para dar significação ao posicionamento sexual pré-estabelecido no Édipo.

4.3. O despertar da primavera e o encontro com o impossível do sexo e da morte

Há ainda um outro importante texto em que Lacan (1974a/2003) aborda a puberdade, o breve, porém denso, “Prefácio” feito à peça “O despertar da primavera” de Frank Wedekind. Em linhas gerais, podemos dizer que a peça trata sobre os impasses e angústias vividas pelos adolescentes alemães do final do século XIX. Wedekind é bastante subversivo e inovador ao trazer à tona temas relacionados à adolescência que seguem sendo motivo de polêmica nos dias atuais, tais como a masturbação, a perda da virgindade, o aborto, a homossexualidade e o suicídio (FURTADO & TROCOLI, 2010).

Lacan (1974a/2003), ao comentar a peça, coloca em evidência o encontro dos personagens com a dimensão do impossível da puberdade, isto é, com o real do sexo e da morte. Apesar da relevância e da complexidade de tal aspecto, o psicanalista apresenta-o de maneira bastante condensada no “Prefácio”, o que pode resultar em

algumas confusões teóricas. Por essa razão, de início, é preciso que situemos com maior precisão o que queremos dizer quando relacionamos puberdade e o registro do real.

Stevens (2004) afirma que, do ponto de vista da psicanálise, não podemos reduzir o real pubertário ao âmbito biológico, isto é, à brusca elevação hormonal que tem como uma de suas consequências o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários. Para o autor, se vamos tomar as transformações orgânicas vivenciadas pelo sujeito, temos de fazê-lo considerando que se trata do órgão da libido¹³ e não do órgão anatômico concebido pelo saber médico.

Nesse sentido, podemos dizer que o real pubertário que o psicanalista se refere no “Prefácio” é aquele que incide no órgão de gozo marcado pela linguagem como discurso do Outro (STEVENS, 2004). É baseado nisso que Lacan (1974a/2003) afirma que, dentre as questões concernentes ao inconsciente que Wedekind acabou por antecipar em relação ao próprio Freud, está a de que os meninos só pensam em fazer amor com as meninas na medida em que despertam de seus sonhos, isto é, que despertam para a sexualidade – o que é radicalmente diferente de sustentar seu argumento apenas no surgimento das transformações corporais.

Furtado e Trocoli (2010), ao trabalharem sobre a peça do dramaturgo alemão (1891), lembram que o “primeiro sinal” sexual para Moritz e Melchior, dois adolescentes que se destacam na trama e que Lacan faz referência no “Prefácio”, não surge em consonância com o tempo cronológico e biológico. Na peça, os meninos evocam sonhos e sinais que se misturam às recordações da infância, tal como Moritz que confia a Melchior que, quando este tinha 5 anos de idade, ficava perturbado frente a uma carta do baralho: aquela em que estava estampada a dama de copas e seu decote voluptuoso. Moritz segue contando ao amigo que a carta já não mais lhe afetava como antigamente, mas que, naquele momento, se sentia igualmente embaraçado diante da tarefa de conseguir falar com uma menina sem pensar naquilo que ele caracteriza como “coisas indecentes”.

O sentimento de embaraço de Moritz frente aos pensamentos “indecentes” evoca precisamente o encontro com o real do sexo, ou seja, com algo que irrompe no psiquismo fazendo um furo sem que tenhamos palavras para recobri-lo. Nesses

¹³ Lacan (1964/1998), em “Posição do inconsciente”, concebe a libido como um órgão “em sua dimensão mais orgânica possível, mas justamente fora do corpo, como aquilo que, do gozo, restará estrangeiro ao corpo que se torna significante, ao corpo que fala” (STEVENS, 2004, p. 6).

momentos em que o real eclode – seja nos sonhos, nas transformações corporais ou na vivência da primeira ereção –, o registro simbólico apresenta-se falho e presentifica a dimensão da castração para o sujeito. E não importa se, na cena, haja a presença de um adulto que anuncie à criança que ela está se tornando um homem ou uma mulher, é como se se instalasse uma não correspondência radical entre as palavras que dispõe e as manifestações que a acometem (STEVENS, 2004).

Ora, diferente dos animais e de seu saber instintual, os homens, enquanto seres de linguagem atravessados pela dimensão da castração, não dispõe de um saber *a priori* quanto ao que fazer face ao outro sexo (STEVENS, 2004). Esse furo no saber causado pelo golpe de real que vem junto à constatação do ineditismo sexual apresenta-se ao sujeito com todo o seu vigor durante a adolescência, pois é justamente nesse momento que ele se dá conta de que a promessa edípica em relação ao acesso do tão sonhado gozo total, promessa essa que sustentou todo o período da latência, não passa de uma farsa. Em outras palavras, é na adolescência que o sujeito atesta a “inexistência de saber no real quanto ao sexo” (STEVENS, 2004, p. 5), porquanto esse saber sempre será mediado pela palavra do Outro no registro simbólico.

Nesse diapasão, resta ao adolescente transformar o real pubertário em um enigma que o convoca a responder de maneira singular sobre como ele irá conceber sua existência na relação com o mundo e com o gozo. É sobre isso que nos referimos quando tratamos da questão que se coloca como máxima da adolescência: *afinal, o que o Outro quer de mim?* Perante tal responsabilidade de dizer a que veio, Melchior e Moritz respondem de formas radicalmente diferentes – enquanto o primeiro encara a sexualidade como enigma, o segundo a toma como sentença de morte.

Moritz, ao não conseguir se afirmar em falta em relação aos pais, tanto em função das dificuldades que vinha apresentando nos estudos, quanto de encarar seu papel como homem, comete suicídio. Assim, o rapaz coloca-se na posição de aliado, excluído do universal e da tarefa de constituir um saber sobre o sexual. Sobre isso, Lacan (1974a/2003, p. 558-559) pontua que “é só ali que ele se conta: não por acaso, dentre os mortos, como excluídos do real”, real esse que exige um recobrimento pelo simbólico, ainda que nunca em sua totalidade por ser incapaz de inscrever-se plenamente na linguagem.

É como se, prestes a entrar na adolescência, o jovem rapaz não tivesse tido condições de lidar com o real da morte, essa que se configura como a outra faceta do real sexual. Na adolescência, a morte diz respeito ao categórico reencontro do sujeito com a castração, quer dizer, com a operação que vem afirmar a falta estruturante que acomete a todos nós, seres de linguagem. Tal reencontro impõe ao sujeito a necessidade de elaborar o luto decorrente da perda dos pais da infância que imaginariamente gozavam sem limites, mas que agora são vistos como uma fraude por não deterem o saber sobre o sexual. Nesse contexto, também é necessário lidar com a perda do corpo infantil, que outrora era sustentado unicamente pelas identificações oferecidas pelos ideais paternos, bem como do lugar bem delimitado que esse garantia ao sujeito.

Se Moritz excluiu-se da tarefa de responder ao sexual, Melchior tomou-a desde uma outra perspectiva. No “Prefácio”, Lacan (1974a/2003) dá a entender que isso só foi possível na medida em que, para Melchior, apresentou-se um terceiro personagem, o Homem Mascarado, cuja função simbólica o psicanalista aproxima ao Nome-do-Pai.

No final da peça, o fantasma de Moritz encontra-se com Melchior no cemitério e lhe faz o convite para que se junte a ele no vale da morte. Nesse momento, surge na cena o Homem Mascarado, figura que vai propor algo diferente a Melchior, sob a condição de que esse possa confiar neste mesmo antes de conhecê-lo. Aqui, Melchior se vê convocado a entregar-se ao discurso desse Outro encarnado, mas que tem tantos e tantos nomes “que não há Um que lhe convenha, a não ser o Nome do Nome do Nome” (LACAN, 1974a/2003, p. 559). Segundo Furtado e Trocoli (2010, p. 99):

A reunião de um morto, um vivo e um terceiro enigmático, o personagem simbólico, que aparece como *deus ex machina*, é crucial, pois mostra a diferença de posição entre Moritz e Melchior. Moritz é aquele que encontrou uma impossibilidade de mediação por um terceiro, enquanto Melchior permite que esse outro lhe fale.

Acrescentamos que foi justamente por deixar fal(t)ar que Melchior, não sem angústia, pôde seguir outro caminho que não aquele eleito por Moritz. Para dar sentido à sua vida, uma vez que não existe um universal *a priori* de como se orientar no mundo (LACAN, 1959-60/1992), o sujeito precisa jogar com o que restou do gozo depois da operação estrutural de castração: o gozo fálico.

Tal modalidade de gozo é organizada pelo falo, significante da falta no Outro que funciona mediando as relações entre sujeito e objeto, possibilitando ao primeiro

ascender como desejante. É por essa razão que, no “Prefácio”, Lacan (1974a/2003, p. 558) diz que “o sentido do sentido está em que ele se liga ao gozo do menino como proibido. Isto, certamente, não para lhe proibir a relação dita sexual, mas para cristalizá-la na não-relação que ela vale no real”. Ora, não se trata de negar a existência da relação sexual enquanto ato, o que seria completamente descabido, mas, sim, de afirmar a não relação sexual no nível da linguagem.

É nesse âmbito que situamos a impossibilidade do encontro absoluto, da completude (ilusória, pois impossível) que adviria da fruição do gozo Outro enquanto gozo da pura inconsistência da linguagem, daquilo que resta e insiste como real inapreensível pelo simbólico. Se não há relação sexual na linguagem, é porque só há um significante, o significante fálico, para representar ambos os sexos. Quando irrompe o despertar da primavera sexual, surge para o púbere o Outro sexo, com “O maiúsculo porque radicalmente outro em relação àquele que ordenava e normatizava o infantil” (OUVRY, p. 210). Em outras palavras, podemos asseverar que o que acontece é que a lógica fálica da infância, baseada unicamente na presença ou ausência de falo, já não é mais suficiente para dar sentido ao Outro sexo, presentificação do real que reivindica para si um saber radicalmente novo.

Dando seguimento às teorizações de Freud e Lacan, passemos, agora, a tomar algumas das contribuições de psicanalistas contemporâneos que se dedicaram a formalizar a passagem adolescente como uma das mais importantes operações psíquicas da vida do sujeito.

4.4. A passagem adolescente como operação psíquica: reflexões contemporâneas

Historicamente, a adolescência foi tratada como uma questão cronológica, fisiológica e sociológica. Costumava-se dizer que ela começava com uma transformação no âmbito do funcionamento do organismo e terminava com o momento do ingresso na vida social. Do ponto de vista fisiológico, as teses desenvolvimentistas sempre sustentaram a noção de adolescência enquanto uma resposta ao *boom* hormonal que se estabelece com o advento da puberdade. Estes estudos, ao situarem a faixa etária como condição da fase, amarraram as questões do período do adolescer ao excesso corporal pelo qual o jovem fica tomado.

Até 1950, a preocupação com os devires juvenis – tais como os aspectos físicos, morais e econômicos – baseava-se apenas no parâmetro da faixa etária, não era presente a noção contemporânea da adolescência enquanto grupo social, ideal cultural e estado de espírito (CALLIGARIS, 2000). Na verdade, até a década de 1980, eram realmente raras as produções psicanalíticas acerca da temática adolescente, tampouco havia adolescentes frequentando os consultórios analíticos (RASSIAL, 1995). Foi durante a década de 1990 que a Psicanálise proporcionou, especialmente com aqueles identificados aos pressupostos lacanianos, um alargamento dos estudos sobre a adolescência enquanto uma importante operação psíquica a ser realizada pelo sujeito no laço social contemporâneo (RUFFINO, 1993; RASSIAL, 1997).

Segundo Jerusalinsky (1999), a saída da infância coloca o sujeito em uma espécie de limbo em função da ausência de um lugar de fala. O jovem é sistematicamente convocado a ocupar o lugar de adulto, contudo, quando o faz, é considerado como usurpador, ainda não capacitado para tal. Confrontado com esse não-lugar, resta ao adolescente o árduo trabalho de renovar as referências de sua filiação. Para isso, ele precisará construir novos mitos sobre si e reestruturar uma forma da Lei que lhe proporcione elaborar o luto acarretado pelas perdas decorrentes do adolecer.

Conforme argumenta Mario Fleig (1999), o campo do Outro é preenchido historicamente, constituindo-se enquanto a maior referência existente para situar o sujeito na tarefa de construir um novo saber sobre si. Durante a adolescência, é como se esse Outro deixasse de falar. Por um lado, isso poderia reverberar no sentido de aumentar as possibilidades existenciais para o lugar a ser ocupado pelo sujeito e, por outro, também abre margem para uma indefinição subjetiva crescente (FLEIG, 1999).

Rodolpho Ruffino (1999) discute que não existe, desde o campo do Outro, um significante que garanta uma representação total e completa de nosso ser. Para o adolescente, essa problemática é incrementada em função da carência de um lugar em que sua palavra seja reconhecida, um espaço que lhe possibilitasse “descansar dessa falta” comum a todos aqueles atravessados pela linguagem.

Charles Melman (1999) e Mário Fleig (1999) definem a adolescência enquanto “crise psíquica”, articulada especialmente à questão da necessidade de reorganização do gozo e da construção de um novo lugar de enunciação. Para o adulto, esse lugar que diz respeito ao gozo estaria aparentemente ganho, evidenciado por sua relação com a

repetição e com o hábito (MELMAN, 1999). Esses dois seriam imutáveis do ponto de vista racional, sendo “incomodados” e colocados em causa apenas por aquilo que é da ordem do sintomático. Na verdade, esse ideal da adultez é uma grande farsa – e o adolescente bem sabe disso –, pois o gozo é sempre deficitário e, portanto, parcial.

No momento em que caem as identificações idealizadas em relação aos pais, vistos agora como decadentes sob o olhar do filho, haveria uma recusa por parte do adolescente em entrar na cena pautada pelo gozo sexual e, dessa forma, assegurar sua posição frente ao Outro sexo. Essa renúncia seria justificada na medida em que, aceitando entrar na cena, o adolescente o faria, já de saída, a partir de uma dívida a ser saldada. Em outras palavras, caberia a ele honrar seus ancestrais e assumir o fardo que é sustentar o lugar de ideal, exatamente onde fracassaram os pais.

Durante a infância, a posição idealizada dos pais garantiu a manutenção da promessa de um acesso futuro ao gozo sem limitações do mundo adulto. Ao adotar e ver que foi enganado, o sujeito encontra-se novamente frente a frente com a castração, confrontado com o esburacamento da posição de ideal. Nesse sentido, temos a contribuição de Ricardo Rodolfo (1999) quando este diz que o adolescente, desde os tempos de criança, almeja com todas as forças de seu ser tornar-se grande como julga serem os adultos. Com o passar do tempo, percebe que os adultos não são “grandes”, mas sim (apenas) adultos. Com esta constatação em mãos, torna-se extremamente aterrorizante uma perspectiva de futuro, transformada agora em puro abismo, que parece cada vez mais o aproximar dessa “adultez cinzenta”.

Jean Jacques Rassial (1999) pensa a adolescência como uma passagem, operação psíquica necessária para dar conta da chamada “pane do Grande Outro”. O sujeito percebe que seus pais, na verdade, não são os fundadores da Lei, mas seus transmissores. A queda desse suposto saber direcionado a eles, figuras que encarnaram inicialmente o Outro para a criança, é o que gera essa pane, traduzida enquanto falta de consistência imaginária do Outro. Nesse momento, o Nome-do-Pai, operação lógica que garante a ancoragem do Outro para o sujeito se referenciar dentro do laço social, é convocado a se reinventar.

Inicialmente, o Nome-do-Pai é recoberto de sentido às custas da metáfora paterna, aquele saber suposto ao pai da infância que orienta e limita o desejo do Outro primordial, a mãe. Durante a passagem adolescente, a instância do Nome-do-Pai deverá

garantir sua eficácia para além da metáfora, ou seja, deverá sair da representação imaginária para ascender à representação no simbólico. Daí temos que o final da adolescência compreenderia o momento em que se dá a pluralização dos Nomes-do-Pai, sendo a escolha da profissão, por exemplo, uma de suas múltiplas facetas.

Por fim, é preciso dar ênfase a aparente relação paradoxal entre os jovens e a validação da inscrição da Lei do incesto durante a passagem adolescente. Por um lado, é interessante – e muito comum – que o jovem possa se experimentar desafiando a lei e testando seus limites a partir de seus atos e condutas, pois é dessa forma que ele será capaz de fazer vacilar o saber parental e passar a responder futuramente cada vez mais em nome próprio. Por outro lado, é tarefa dos adultos assegurarem perante o adolescente a validade do interdito do incesto, uma vez que, se não o fizerem, as experimentações dos jovens acabarão por lhes fazer objetos de gozo do Outro e da pulsão de morte em sua faceta mais destrutiva.

4.5. Psicanálise, adolescência e o laço social contemporâneo

A adolescência é um fenômeno contemporâneo na medida em que, segundo o Rodolpho Ruffino (2004), durante o período das comunidades tradicionais ou pré-modernas, o adolescer não era uma tarefa necessária, uma vez que seus dispositivos comunitários, também conhecidos como ritos de passagem, davam conta do enigma pubertário, dispensando que cada jovem fizesse um trabalho psíquico individual. Entretanto, cabe dizer que isso só era possível “na medida em que lá toda a vida societária estava articulada em torno da eficácia da função paterna; pela realimentação cotidiana da experiência compartilhada, e pela valorização do acolhimento renovado da memória coletiva” (RUFFINO, 2004, p. 4).

Devemos ressaltar que a concepção estrutural trazida na sessão anterior também consideram que a operação colocada em marcha pelo adolescer não pode ser pensada alijada de uma historicidade social. Nesse sentido, é relevante apontar que, contemporaneamente, Calligaris (2000) sugere que há uma relação paradoxal entre o adolescente e o laço social que o circunda. Ao mesmo tempo em que é idealizado socialmente como aquele que tem a obrigação de ser feliz, o adolescente se vê frustrado pelo período de moratória que lhe é imposto. O corpo maduro, apto a responder sexualmente desde o ponto de vista fisiológico, não encontra validação como tal no

mundo dos *grandes*, permanecendo, assim, em um certo estado de *stand by*. Nesse diapasão, a moratória social apresenta-se como uma espera forçada em que o adolescente, ainda sob tutela dos adultos, segue se preparando para atuar futuramente na cena do trabalho, do sexo e do amor.

Fica evidente, então, que, para crescer, o sujeito deve renunciar ao amor incondicional oferecido pelas figuras primevas que encarnaram para ele a instância do Outro – os pais. Todavia, ele depara-se com a falta de uma outra mirada capaz de reconhecer e sustentar sua subjetividade até então confortavelmente assegurada. Nessas condições, é como se o adolescente retornasse à dinâmica especular, tendo que construir uma nova imagem de si a partir das pistas deixadas por aquilo que faz reflexo no olhar do Outro social.

Pensamos que a necessidade de constituir um outro saber que dê conta das novas condições experimentadas pelo sujeito está atrelado, sobretudo, à radicalidade do reencontro com *Das Ding*, isto é, com o furo na estrutura da linguagem, proporcionado pelo encontro com o excesso de real que permeia a relação do sujeito com a dimensão do corpo, do sexo e da morte. Esse real que faz furo no saber é chamado por Lacadée (2011) de “mancha negra”, ponto inassimilável pela função simbólica que borra o quadro da existência do sujeito e que, ao mesmo tempo, é o que o faz desejante.

Ora, se a puberdade sempre se fez presente enquanto processo *universal* de maturação do corpo humano, o mesmo não pode ser dito sobre a adolescência, uma vez que, como já referimos, ela é uma construção cultural. No contexto de nosso laço social contemporâneo, o adolecer configurar-se-ia como um conjunto de escolhas sintomáticas que visam formular uma resposta *singular* frente aos embaraços da puberdade (STEVENS, 2004).

Acontece que alguns autores tem apontado para o empobrecimento da experiência no laço social, instância responsável, justamente, por ofertar os elementos necessários à construção da resposta sintomática, referida por Stevens (2004), de forma criativa. Gurski (2012a), no texto “Adolescência empoderada”, opera uma torção no discurso corrente daqueles que defendem que pensar a modernidade implica, invariavelmente, em refletir sobre o lugar ocupado pelo jovem ao dizer que, para se pensar o lugar do jovem, é necessário colocarmos em questão o lugar da adultez contemporânea.

Em nossos dias, percebemos a ausência de candidatos desejosos em assumir o lugar de adulto em nosso meio, todos querem ser jovens pelo maior tempo possível, fenômeno chamado por Maria Rita Kehl (2004) de “*teenagização*” da cultura. Ao tomar o adolescente como ideal, como a figura que crianças e adultos desejam ser, o laço social acaba por jogar o jovem em um estado de desamparo.

Neste contexto de uma “*adulter erodida*” (GURSKI, 2012b) enquanto lugar do Outro, percebemos que os mais velhos empenham-se em suprimir a diferença geracional frente aos jovens, como se estes não tivessem, portanto, nada a lhes transmitir. Frente a esse apagamento do passado, da tradição passível de ser transmitida, restaria ao jovem apenas um excesso de presente com o qual não lhe é possível vislumbrar uma perspectiva de futuro (PEREIRA & GURSKI, 2014).

A partir da análise de nosso laço social contemporâneo, Kehl (2004) e Gurski (2012b) apontam para os efeitos nefastos que advém de uma relação de mimetismo entre jovens e adultos. Podemos dizer que o mais relevante deles seja o apagamento da assimetria necessária à transmissão da Lei simbólica do pacto edípico que caracterizar-se-ia como uma das maiores responsabilidades dos adultos em relação àqueles que estão chegando.

Ao mesmo tempo em que barra o acesso ao gozo desenfreado, lembremos que é graças a instauração da castração que se abrem possibilidades para que o sujeito aceda à condição de desejante. Nesses termos, através da simbolização do interdito fundamental, o sujeito passa a poder, por um lado, localizar-se em uma estrutura que o precede, e, por outro, autorizar-se a participar das tramas de uma cultura compartilhada (LACAN, 1956-57/1992). Todavia, diante da inconsistência do laço social moderno, produzir-se-ia uma espécie de sensação de “vazio no espelho” (CALLIGARIS, 2000, p. 25) que devolve uma imagem pouco nítida e com poucas referências sobre a vida, deixando à deriva aqueles que estão situados na passagem entre a infância e a vida adulta.

Contudo, como não se pode ficar à deriva por uma vida inteira sem acabar se afogando ou sucumbindo, os sujeitos se veem diante da necessidade de ir em busca de alguma outra coisa para ocupar o lugar que se encontra vago. É no contexto dessa tarefa que o discurso capitalista neoliberal apresenta-se como um candidato em potencial, sobretudo através de seus imperativos centrados na lógica do consumo desenfreado e da

busca incessante pela fruição de um prazer imediatista e efêmero (CATROLI & ROSA, 2013; GUERRA, et al., 2012; PEREIRA & GURSKI, 2014). Pereira e Gurski (2014, p. 377) discutem que tal discurso:

(...) não promove propriamente o laço social, mas, ao contrário, através de uma parceria desconectável-a-qualquer-momento, promove uma ilusão de completude ofertando ao sujeito objetos de consumo curtos, rápidos e descartáveis – ainda que isso gere tédio, tristeza, falta de sentido na mesma velocidade em que são consumidos.

É preciso dizer ainda que esse discurso hegemônico que oferece “formas de gozo menos recalcadas” (PEREIRA & GURSKI, 2014, p. 379) diz respeito a todos nós, independentemente de idade, raça ou classe social. O que diferencia “a sociedade de consumo não é o fato de que todos comprem incessantemente os bens em oferta, acessíveis a poucos, mas que todos *estejam de acordo* com a ideia de que tanto o sentido da vida social como o valor dos sujeitos sejam dados pelo consumo” (KEHL, 2009, p. 100, grifo da autora).

Nesse cenário, o desejo do Outro se traduz na forma de um imperativo que legitima, ou melhor, que obriga o exercício de um gozo sem limites, isto é, de um desregramento pulsional. Contudo, é um engodo pensar que essa exigência tem o poder de nos tornar sujeitos mais livres, independentes ou felizes. É justamente por não saber da impossibilidade que envolve a fruição desse gozo absoluto, pelo menos não de maneira duradoura e total, que o sujeito tende a sofrer ainda mais pela culpa neurótica em relação às demandas inalcançáveis de um supereu sádico (KEHL, 2009).

No que concerne à adolescência nessa relação com o consumo, Backes (2016) aponta para a presença massiva dos “objetos-fetichê” que, segundo sua hipótese, são empregados no intuito de fazer suplência ao esmorecimento da transmissão da Lei simbólica. Buscando assegurar o seu lugar subjetivo através do olhar dos pares, o adolescente lança mão de elementos concretos ali onde a potência da palavra vacila. Sobre tais objetos, Maria Rita Kehl aponta que (2004, p. 95),

Caros ou baratos, vendidos em shoppings ou em camelôs, os acessórios compõem a mascarada adolescente, funcionando como objetos transicionais que ajudam na difícil tarefa de reinscrever esse novo corpo, estranho até para o próprio sujeito, nesse lugar também de transição entre a infância e a vida adulta que ele passa a habitar.

Diante das teorizações aqui levantadas, cabe perguntarmo-nos: **de que maneira o laço social contemporâneo tem incidido na vida dos adolescentes da socioeducação, sobretudo aqueles envolvidos com o tráfico? Como seus atos**

violentos e suas conflituosas com a lei, por exemplo, entram na equação entre a constituição psíquica do sujeito e a instância do Outro?

5. ADOLESCÊNCIA, SOCIOEDUCAÇÃO E O TRÁFICO

Diante das discussões feitas até o momento, não podemos simplesmente atribuir aos jovens das *Rodas de R.A.P* o estatuto de adolescentes, ao menos não nos termos propostos pela Psicanálise. Isso porque, no âmbito da socioeducação, a adolescência é vista unicamente através de um critério cronológico – segundo as preconizações do ECA (BRASIL, 1990/2015), são considerados adolescentes aqueles que tem entre 12 e 18 anos de idade¹⁴. Nesse sentido, é necessário que os achados no campo questionem a teoria e não o contrário, isto é, que se faça uma forçosa e artificial normatização da experiência.

É bastante evidente que o sistema socioeducativo, assim como o sistema prisional, perfaz um recorte bastante específico da população: são pessoas que vem de famílias pobres, que moram em zonas periféricas com altos índices de vulnerabilidade e violência, de pele negra e com acentuada defasagem escolar. Em nosso Estado, por exemplo, o jovem que cumpre medida socioeducativa apresenta, majoritariamente, essas mesmas características¹⁵ (FASE, 2015).

Como vimos, mesmo nessas condições de marginalização, esses sujeitos não deixam de ser atravessados pelo discurso do capitalismo. Frequentemente, os jovens escutados nas *Rodas* falavam sobre como ganhavam quantias substanciais de “*dinheiro fácil*” trabalhando no tráfico para gastarem, quase tudo de uma vez, em uma noite de festas, bebidas caras e roupas de grife. Um dos adolescentes contou uma vez que comprava roupas de marca com o que ganhava no tráfico, mas mentia para a mãe que eram “*baratinhas*” para que ela não desconfiasse que ele estava envolvido no crime¹⁶.

¹⁴ É importante dizer que, como a medida socioeducativa pode se estender por até, no máximo, três anos, a faixa etária dos meninos varia, na prática, entre 12 e 21 anos. Assim que o jovem fizer 21 anos completos, sua medida, relacionada a um ato infracional cometido durante o período dos 12 aos 18 anos de idade, é compulsoriamente extinta (BRASIL, 2006).

¹⁵ “Em relação à cor, a maioria dos adolescentes (60,29%) é branca. Apesar disso, os pretos e pardos ainda estão em índices significativamente superiores aos índices na população em geral do Rio Grande do Sul. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, 5,6% dos habitantes do Estado eram pretos e 10,6% eram pardos, enquanto os brancos representavam 83,2%” (FASE, 2015).

¹⁶ Salientamos que a nomenclatura “crime” e seus derivados do código penal brasileiro são incorretos para referir-se à transgressão cometida por uma criança ou adolescente. O que é proposto pelo SINASE (BRASIL, 2006) é “ato infracional” ou “delito”, mesmo que os próprios adolescentes pouco se utilizem

Segundo ele, “*roupas caras duram mais*” e, além disso, “*as pessoas na rua sabem dizer se uma roupa é ou não é de grife*”. Essa relação com a roupa parece-nos muito próxima da categoria de objetos-fetichê que falávamos anteriormente.

Contudo, para além dessa fruição dos objetos que seria generalizada, outras relações mais específicas parecem se estabelecer na vida desses jovens. A partir do relato dos adolescentes, percebemos a existência de uma forte adesão ao tráfico¹⁷ desde muito cedo. De maneira bastante atrelada à essa questão, também notamos uma proximidade exacerbada com o real da morte – tanto no protagonismo de atos violentos, quanto na posição de objetos que sofrem violência durante as abordagens policiais que envolvem tortura e, eventualmente, a própria morte.

5.1. A violência como resposta sintomática: o “adolescente” e o “infrator”

Sabemos que o adolescente moderno tem exibido seu colorido sintomático através dos estados depressivos e limítrofes, dos transtornos alimentares, das toxicomanias e do crescente protagonismo em atos transgressivos e violentos. Todavia, é preciso esclarecer que não tomamos tais fenômenos como doenças, mas, sim, como produções do sujeito frente à angústia e ao vazio tributários aos referidos fenômenos contemporâneos de “*teenagização da cultura*” (KEHL, 2004) e de “*erosão do lugar do Outro*” (GURSKI, 2012b).

Tomando a particularidade dos atos transgressivos e violentos, é preciso que problematizemos a noção de “*causa e consequência*” entre vulnerabilidade social/pobreza e violência/criminalidade. A partir dos trabalhos de Gurski (2011, 2012b), sabemos que jovens de classe média e média alta também cometem infrações, inclusive aquelas que são consideradas bizarras pela sociedade em função de seu caráter cruel e extremamente violento. Um dos aspectos que parecem diferenciar “*ricos*” e “*pobres*” é o modo pelo qual tais atos tem sido tradicionalmente lidos pelo social.

dessas palavras. Sabemos, também, que as incongruências se encontram ainda na construção das diretrizes, pois, embora estejam embasadas nos direitos humanos e no ECA (1990/2015), as medidas socioeducativas são ligadas às Secretarias da Justiça na maioria das cidades brasileiras.

¹⁷ Em todo processo das pesquisas que realizamos até o momento com os adolescentes na socioeducação, surpreendeu-nos o fato de que, com raríssimas exceções, todos estavam, direta ou indiretamente, atravessados pelo tráfico de drogas – estavam envolvidos com uma facção específica e/ou moravam em um território dominado pelo tráfico.

Os meninos de periferia, sobretudo os negros, são vistos como “delinquentes”, “menores infratores” que sabiam exatamente o que faziam no momento da ação transgressora. Em resposta a isso, são sentenciados a cumprir uma medida socioeducativa, especialmente no âmbito da privação de liberdade. Já os meninos de classe média ou média alta, majoritariamente brancos, estudantes ou universitários, tem seus atos interpretados como a manifestação da impulsividade comum a “todo” adolescente, fato que justificaria que tivessem uma segunda chance em suas vidas. Assim, na maior parte das vezes, esses adolescentes ou são “livrados” do processo por influência familiar, ou respondem em liberdade ou ainda chegam a receber uma medida socioeducativa, ainda que bem mais branda e menos duradoura que o grupo da periferia.

No contexto dessa discussão, repetimos a provocação feita pelo advogado Daniel Teixeira (2016, p. 66): “quem é o ‘menor infrator’ e quem é a criança/adolescente em nossa sociedade?”. Para refletir sobre essa questão, o autor retoma em seu texto uma notícia, veiculada em 2011, cujo título é “Menor é apreendido por assalto a adolescente”¹⁸. Como ela segue disponível *online*, reproduzimo-la na íntegra a seguir:

Menor de 16 anos foi apreendido em flagrante após cometer roubo no bairro São Cristóvão. A vítima, um estudante também de 16 anos, foi surpreendida pelo autor quando se encontrava na rua Orlando Vieira Nascimento, bairro Vila São Cristóvão, por volta das 20 horas de ontem. O assaltante usou uma pedra e de força física para roubar um aparelho celular com fones de ouvido. Depois fugiu de bicicleta. O estudante parou uma viatura da Polícia Militar que realizava patrulhamento pelo bairro e contou o que aconteceu, passando as características físicas e das roupas do assaltante. Os policiais conseguiram localizá-lo a cerca de 300 metros do local. Foram apreendidos o telefone roubado, a pedra usada no roubo e a bicicleta. O delegado de plantão ratificou a apreensão em flagrante do menor infrator, que foi encaminhado à promotoria da Vara da Infância e Juventude. O acusado utilizou o direito de permanecer em silêncio e falar apenas em juízo.

De acordo com Teixeira (2016, p. 66), “o leitor é levado à conclusão de que há no fato duas categorias de seres humanos: o ‘menor’, que pratica o ato criminoso, e o ‘adolescente’, vítima do evento”. É como se esse pequeno fragmento jornalístico condensasse em suas poucas palavras o retrato de realidade de nosso país, evidenciando as marcas da desigualdade que ainda não conseguimos superar, isso tanto no plano simbólico, quanto no plano concreto (TEIXEIRA, 2016).

Hélio Pellegrino, em artigo de 1983 escrito à *Folha de São Paulo*, tomou a psicanálise a fim de tentar operar uma escuta acerca da problemática que, já naquela época, se anunciava: o surto crescente de violência e delinquência no tecido social brasileiro, sobretudo nas grandes cidades. O psicanalista inicia retomando a ideia central

¹⁸ Fonte: <http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias.5.POLICIA.4861>

de Freud sobre a constituição de um pacto edípico primordial, estabelecido entre sujeito e cultura e sustentado pelo recalçamento, em que a criança deve renunciar, não sem uma boa dose de mal-estar aí envolvida, às pulsões incestuosas e parricidas.

Confirmando o pacto primordial em um movimento retroativo, teríamos o surgimento de um outro, o pacto social. Esse consistiria em um acordo baseado na renúncia ao princípio do prazer através do trabalho oferecido à sociedade, tendo como contrapartida para o sujeito o acesso ao direito de receber o mínimo imprescindível à preservação de sua integridade física e psíquica. Nesse diapasão, Pellegrino (1987) lembra que Freud, ao tratar do processo civilizatório unicamente em termos de educação, acabou deixando de lado toda uma dimensão da sociedade capitalista que envolve a necessidade de manutenção de um certo nível de desigualdade social. No caso dos adolescentes em conflito com a lei, podemos pensar, a partir dessa discussão, que ressocializá-los “é, em grande medida, coloca-los a mercê do Estado que garante e mantém o pacto social, negligenciando seus direitos básicos” (PIRES & STRZYKALSKI, no prelo).

Normalmente, as políticas direcionadas aos adolescentes da socioeducação visam oferecer cursos profissionalizantes com o intuito de prepara-los para seu (re)ingresso ao mercado de trabalho formal e dentro da lei – ainda que isso os restrinja, já de antemão, a um certo universo de atividades que tendem a não ser reconhecidas socialmente ou até mesmo estigmatizadas. Sobre essa questão, trazemos um fragmento de experiência que ilustra de que forma essa restrição de opções aparece na instituição em que fizemos as *Rodas*:

Uma assistente social comenta que precisa propor uma intervenção na instituição. A ideia dela é criar espaços coletivos que influenciem os adolescentes a permanecerem na escola. Ela diz que a estratégia é apresentar as diversas profissões as quais eles possam se interessar; nesse ponto ela frisa que gostaria de expandir as possibilidades deles, o que seria passar apenas das opções de caixa de supermercado e pedreiro, para técnico em mecânica ou em informática, “*porque eles não conseguem alcançar qualquer coisa, né... tem que manter no possível*”. (Fragmento dos diários de experiência, grifo nosso)

Analisando as altas taxas de reincidência, é sabido que muitos deles saem do período de internação e voltam a trabalhar no tráfico, o que, em uma primeira mirada, poderia ser explicado unicamente pelo fato de que, normalmente, se ganha muito melhor na *boca* de fumo do que na *boca* do caixa de um supermercado qualquer.

Todavia, temos pensado que essa escolha vai muito além do fator econômico *per si*. O que vale mais a pena? O subemprego com horários rígidos, que oferece um parco

salário e pouco/ninguém reconhecimento social, ainda que me proporcione certa segurança... ou investir em fazer carreira no tráfico, sem dúvida uma opção mais arriscada, mas que me garante uma posição de prestígio e poder frente ao olhar dos outros que temem a mim, olhar frente ao qual não passo despercebido, invisível? Nas palavras de Mano Brown, esse impasse se resume em: “*viver pouco como um rei ou muito como um zé?*”¹⁹. Eles têm “escolhido” ser reis – resta saber o que o laço social tem a ver com essa “escolha”.

Pellegrino (1987), citado em Guerra et al. (2014), afirma que quando a sociedade não provê condições materiais mínimas para a presença e a participação na vida pública, acaba por se estabelecer uma via de mão única em relação ao pacto edípico: só há a exigência da renúncia ao gozo mortífero sem que se garanta ao sujeito um lugar fálico, validado socialmente, no laço social. Nesse caso, seria gerada uma instabilidade no arranjo civilizatório, sustentado pelo pacto social, que poderia vir a romper-se a qualquer instante, proliferando, por vezes, a manifestação de atos agressivos.

A adolescência convoca a criança a jogar com inúmeras apostas, sendo elas não apenas imaginárias (imagem e função do corpo sexual) e reais (puberdade), como também simbólicas, isto é, um “tempo de validação da operação primeira de inscrição ou forclusão do Nome-do-Pai” (RASSIAL, 1995, p. 93). Nesse sentido, Guerra et al. (2014), ainda que considerem interessante a leitura de Pellegrino, frisam que não se trata de afirmar com a expressão “ruptura” algo no nível estrutural, ou seja, a forclusão do Nome-do-Pai que levaria o sujeito à instalação de uma psicose. Tratar-se-ia, nesse caso, muito mais de um modo de operar diferente em razão da quebra das condições simbólicas que agenciam o pacto social²⁰.

Ainda sobre essa questão da irrupção de atos agressivos em articulação com os aspectos simbólicos da passagem adolescente, Melman nos oferece uma perspectiva interessante (1992/2000, p. 49):

É evidente que isto põe em causa a função do Nome-do-Pai, isto é, a relação deste sujeito com o Nome-do-Pai, sem que este esteja negado ou forcluído, mas em relação ao qual o sujeito se

¹⁹ Racionais MC's. (2002). Vida Loka (parte 2). Álbum: Nada como um dia após o outro dia.

²⁰ É preciso dizer que não temos como objetivo, no presente trabalho, aprofundarmo-nos nas discussões acerca das relações entre pacto edípico, pacto social e aspectos da violência na cultura. Não obstante, também não poderíamos deixar de citar algumas construções, mesmo que de forma bastante condensada, a julgar pela relevância da temática no que concerne ao campo de articulações entre Psicanálise e Socioeducação.

encontra forcluído, quer dizer, encontra-se em uma posição onde não pode ser reconhecido por ele, portanto não pode valer-se de sua filiação, de sua autoridade.

A partir da leitura que faz de Lacan, Melman vai sustentar que, por um lado, quando as estruturas sociais tem caráter simbólico, ou seja, quando exercem um poder suficientemente eficaz para maioria dos neuróticos de forma “indolor e inaparente”, nossas condutas em relação a apreensão do objeto podem ser completamente reais. Por outro lado, quando essas instâncias no laço social são reais, tal como costumam se apresentar aos adolescentes em conflito com a lei pela presença pungente da “expressão encarnada, policial e armada”, os atos tornam-se simbólicos. Quer dizer, elas ultrapassam o caráter de ganho puramente material do ato infracional e denunciam a tentativa de tamponar a falta essencial traduzida pela impossibilidade de acesso ao objeto que organiza os modos de gozo disponíveis socialmente: o falo.

É interessante pontuar que os adolescentes contaram nas *Rodas* que o que conquistam ao matar os “*contra*” (rivais de outras facções) vai além de territórios, drogas e dinheiro. Eles conquistam também a fama – “*tem gente que mata pra fazer nome, Dona... Aí tu vai em um lugar e, mesmo sem conhecer ninguém, todo mundo sabe quem tu é, daí ninguém mexe contigo*”. Como vimos no capítulo anterior, dedicar-se à tarefa de “fazer seu nome” é exatamente o maior desafio adolescência. E só é possível fazer esse movimento direcionado ao laço social na medida em que o saber parental – esse saber da infância que lhe fornecia um nome, um sentido para sua existência e uma posição no mundo – vacila, isto é, que ele já não é mais capaz de recobrir a falta do sujeito como antes.

Nesse sentido, acreditamos que alguns desses meninos estão sim experimentando a passagem adolescente, o que quer dizer que eles estão às voltas com a tentativa de produzir uma resposta, a partir dos elementos que lhes são fornecidos pela cultura, ao enigma que surge a todos aqueles acometidos pelo golpe de real pubertário que faz um furo no saber. Todavia, o que leva esses sujeitos a irem em busca de “fazer seus nomes” como um modo de responder à questão fálica (o que o Outro quer de mim?) majoritariamente pela via da violência e do tráfico?

Encurralados em seu não pertencimento frente à impossibilidade de gozarem minimamente de um lugar pautado pela lógica fálica exigida pelo ideário social, parece que “alguns jovens fazem da violência a sua própria ficção, de modo a inverter os lugares – de passivos à violência, passam a ser ativos em uma produção fantasmática

em que a violência se torna a modalidade normatizada de laço social” (CATROLI & ROSA, 2013, p. 298). É como se, pela ausência de suportes simbólicos no tecido cultural e/ou de acesso aos bens, esses adolescentes estivessem triplamente desamparados: por um lado, esses jovens, como quaisquer outros, experimentam o desamparo que a “erosão do lugar do Outro” (GURSKI, 2012b) propicia tanto como fenômeno da atualidade, quanto como encontro com o real do sexo e da morte vivenciado durante a puberdade; por outro lado, não podemos deixar de considerar uma outra nuance de desamparo que participa fortemente de suas vidas: a impossibilidade de acesso simbólico às insígnias fálicas como efeito da exclusão promovida pela sociedade e pelo Estado.

Segundo uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, aos quatro anos de idade, uma criança pobre escutou trinta milhões de palavras a menos do que uma criança nascida em um meio privilegiado²¹. Não se trata, então, apenas da falta de acesso aos bens materiais, mas também da falta de palavras que possam funcionar recobrando o corpo pulsional desses sujeitos desde a tenra infância, possibilitando que, no futuro, eles possam se relacionar com a linguagem de uma maneira mais polissêmica.

A partir do que escutamos dos jovens nas *Rodas*, nos parece que isso realmente tem efeitos no modo com que eles pautam suas relações. É como se os meninos quase sempre acabassem preterindo a circulação da palavra ao “cogito do ato” (LACADÉE, 2011, p. 7), talvez como uma tentativa de produzir bordas capazes de transformar o traumático resultante da impotência produzida pelo encontro com um Outro que não lhes oferece um lugar ao qual pertencer que seja validado socialmente. Tal cogito, descrito por Lacadée (2011, p. 17) na fórmula “quanto mais eu queimo, mais existo”, parece condensar a ideia de que, atualmente, a experiência adolescente com o impossível da morte e do sexo tem sido fortemente perpassada pela dimensão do ato. Para esses meninos, é como se isso fosse ainda mais presente e intenso.

Para pensar tal questão, trazemos um fragmento recolhido nos diários de experiência. Depois de passar um período envolvido com o tráfico, Luan, na época com

²¹ Sabemos que, para sustentar seus filhos, muitos pais/responsáveis acabam dedicando-se a jornadas de trabalho exaustivas e desumanas, deixando-os, pela falta de outra opção, aos cuidados de outras crianças, tal como um irmão mais velho. Além disso, os próprios pais/responsáveis costumam vir de uma tradição familiar bastante humilde e empobrecida. O Estado, ao não conseguir garantir os direitos mínimos a essas famílias, atua perpetuando esse cenário de extrema pobreza em todos os sentidos, reproduzindo desigualdades sociais e econômicas. Para mais informações, ver <https://www.escribo.com.br/30-milhoes-de-palavras-a-diferenca-entre-criancas-que-escrevem-bem-e-as-que-enfrentam-dificuldades/>.

16 anos, decidiu que queria sair do tráfico em função de algumas confusões. Assim, acabou trabalhando na construção civil, “*levantando parede*” como forma de ganhar seu “*dinheiro suado*”. Ele morava com a namorada e esperava seu primeiro filho, estava cheio de planos para o futuro que não incluíam o mundo do crime. Quando soube que a tão desejada gravidez havia sido espontaneamente interrompida aos 6 meses de gestação, Luan foi tomado por um rompante de angústia insuportável – “*joguei tudo pro alto, as coisas não faziam mais sentido, Dona*”.

Naquele momento, ele decidiu voltar para o tráfico, mas, dessa vez, de uma forma muito mais violenta – “*nada mais importava pra mim não, Dona, então eu fiz isso, fiz muita mãe chorar naquela época...*”. É como se Luan, frente ao real da morte do filho, só tivesse tido condições de externar sua angústia também de modo excessivamente real: matando o filho de outras mães, fazendo-as chorar. O interessante é que, tendo se passado alguns meses da perda, Luan, já internado na instituição socioeducativa, teve a ideia de começar um diário. Ali, pela via da palavra e não pela passagem ao ato, ele encontrou um espaço para escrever cartas endereçadas ao filho como uma outra forma possível de lidar com a perda.

5.2. *A passagem adolescente na socioeducação e a impostura do adulto*

Kehl (2004) descreve a adolescência contemporânea como um período em que o jovem ainda se encontra em uma relação de extrema dependência com sua família, tanto financeira, quanto emocional. A competitividade feroz do mercado de trabalho em combinação com a escassez de empregos obriga o jovem adulto a permanecer sob o teto dos pais na “condição de adolescente” por um período prolongado e indeterminado.

Fazendo do limão uma limonada, esse jovem tende, frequentemente com apoio familiar, a aproveitar esse tempo justamente para investir em sua formação escolar, aperfeiçoando-se como forma de dar conta das exigências do cenário econômico atual. Todavia, será que podemos generalizar que todo adolescente ou a maioria deles tem respondido dessa maneira frente aos impasses do mundo capitalista, isso especialmente se nos atermos ao contexto brasileiro? De que adolescência contemporânea nós estamos falando ou, mais precisamente, deixando de falar?

Muitos dos adolescentes das *Rodas de R.A.P.* nos falaram sobre um lugar quase que diametralmente oposto ao retrato feito pela psicanalista. Ao invés do mundo de

infinitas possibilidades, temos a fala de Denilson que circunscreve um universo bem mais restrito: “*Dona, aqui todo mundo só quer ser três coisas: ou jogador de futebol, ou MC ou traficante... Quer ganhar fama e dinheiro. Quem não tem dinheiro, não tem nada...*”. Ao invés do pesado investimento em formação, temos o abandono dos bancos escolares ainda durante o ensino fundamental ou na passagem para o ensino médio. Ao invés de serem sustentados pelos pais, temos a responsabilidade de ocupar, desde cedo, o lugar de provedores de suas famílias e de si próprios, utilizando, para isso, o dinheiro advindo do trabalho com o tráfico. Ainda há aqueles que saem de suas casas para que possam viver de acordo com suas regras e ter mais privacidade com suas companheiras.

Poderíamos afirmar, então, que todos esses jovens não chegam a passar pela adolescência? Será que todos eles fazem uma passagem sem escalas que vai da infância à vida adulta? Pensamos que esse é um raciocínio apressado, na medida em que se formula aí uma conclusão precipitada que desconsidera uma porção de outras questões igualmente relevantes.

Concomitante a esse lugar de certa responsabilidade e autonomia que ocupam, os participantes das *Rodas de R.A.P.* também nomearam alguns significantes que identificamos como típicos da passagem adolescente: o uso abundante de gírias e apelidos, a importância dada às relações horizontais com os cupinxas (grupo de amigos), o uso de drogas (especialmente de maconha), a curtição regada à muita bebida e ostentação nas festas e bailes *funks* que acontecem todo final de semana quando eles estão “*na rua*”, a relação de imediatez que mantém com os objetos e a impulsividade de suas ações que, a todo momento, desafiam a lei.

Diferente, então, do que coloca Calligaris (2000) acerca de uma moratória social e do que chamamos aqui de um período da vida em *stand by*, temos o que parece ser um “curto-circuito” da passagem adolescente frente à convocatória feita a eles para que já respondam legitimamente, e não como experimentação, a algumas responsabilidades que caberiam aos adultos. No campo da eletro eletrônica, o “curto-circuito” refere-se ao fenômeno pelo qual a baixa resistência entre os polos de um dispositivo permite a passagem excessiva de corrente elétrica, situação que pode tanto danificar apenas algumas das funções do aparelho, quanto também inutiliza-lo por completo. No caso de alguns meninos da socioeducação, é como se algumas das funções da adolescência ficassem comprometidas em razão da sobrecarga de real que é direcionada à estrutura simbólica desses jovens.

Na vida de muitos desses meninos, coexiste o exercício de certas práticas associadas tradicionalmente ao lugar do adulto com outras considerados tipicamente da adolescência. E é necessário sublinhar que, diferente do que coloca Jerusalinsky (1999) sobre os adolescentes que são considerados usurpadores ao ocuparem o lugar do adulto, há, sim, uma parcela da população que vê com legitimidade o exercício da adultez desses sujeitos: seja a parcela que não é acometida por um sentimento de estranhamento frente a um menino de 16 anos que larga os estudos para trabalhar, que é pai e mora com a namorada; seja a parcela que brada em defesa da redução da maioridade penal sob o argumento de que os “*menores infratores*” que praticam “*atrocidades*” tem plena capacidade de serem responsabilizados judicialmente como um adulto é de acordo com o código penal brasileiro.

Gurski e Pereira (2016), no artigo “A experiência e o tempo na passagem da adolescência contemporânea”, retomam o trabalho de Bernardino (1999) e sua hipótese sobre a estruturação do sujeito poder ser pensada desde os três momentos lógicos propostos por Lacan (1944/1998). Delinear-se-ia uma certa equivalência entre a infância e o instante de ver, a adolescência e tempo de compreender e a adultez como momento de concluir. Nesse diapasão, em função das condições de empobrecimento do laço social contemporâneo já discutidas, os autores acreditam que (GURSKI & PEREIRA, 2016, p. 437):

Algumas manifestações da adolescência parecem exatamente revelar certo esvaziamento das condições do tempo de compreender e, conseqüentemente, da passagem deste ao momento de concluir, evidenciando-se, muitas vezes, a não precipitação do que, junto com Lacan, chamamos assunção de si ou da construção de um novo lugar de enunciação do sujeito.

A hipótese de Gurski e Pereira (2016) é que o alargamento do tempo de compreender como fenômeno da adolescência contemporânea parece estar funcionando como um modo de fazer suplência ao empobrecimento do laço social. É como se tal manifestação operasse como uma resposta à necessidade estrutural de dar conta falicamente dos apelos típicos da adolescência, isto é, um movimento de resistência às condições atuais. Nesse contexto, se adiaría o momento de concluir quando finalmente o sujeito dá conta da tarefa de construir um novo lugar de enunciação para si.

Aqui, cabe questionar: **será que os adolescentes do sistema socioeducativo, em meio às condições de violência e vulnerabilidade e convocados precocemente a atuar na “vida como ela é”, tem conseguido fazer a mesma resistência através do referido alargamento do tempo de compreender que adia o momento de concluir?**

A partir da experiência com as *Rodas de R.A.P.*, temos pensado que, a todo instante, eles são convocados a precipitarem-se ao momento de concluir dando provas de si. Como Felipe nos disse uma vez: “*pra gente não existe isso aí de adolescência. Quando a gente entra pro crime, não tem mais como ser criança... (...) Minha mãe não teve filho adolescente... Não dá nem 15 anos e já somos adultos*”. Junta-se a essa questão a legitimidade oferecida pelo olhar de certa parcela da sociedade que discutíamos antes em relação aos seus atos. Diante disso, nossa hipótese seria de que alguns esses jovens, sobretudo em razão do apelo do laço social que lhes é endereçado, precipitar-se-iam prematuramente ao momento de concluir sem obter êxito duradouro, mas experimentando as amargas consequências decorrentes de suas tentativas.

Frente ao excesso de real que lhes é apresentado, do triplo desamparo que nomeamos anteriormente, os adolescentes resolveriam tal impasse através da adoção de uma certa impostura, altamente permeada pela violência, para compor seu lugar de “adulto” no mundo. Essa espécie de gambiarra daria uma resposta provisória e deveras inconsistente simbolicamente à convocatória em relação ao momento de concluir. Por essa razão, frente às angústias da vida adulta, não conseguiriam responder, em alguns momentos, de outra forma senão pela passagem ao ato.

No artigo “Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência”, analisando a experiência de jovens de periferia, Guerra e outros pesquisadores (2012, p. 249) trabalharam a partir da perspectiva de que há “um curto-circuito entre infância e vida adulta” em que praticamente se encontra suprimido o compasso de espera instalado pelo tempo da adolescência. Apesar de estarmos em consonância com muitos dos argumentos do texto, nós daríamos mais ênfase ao “praticamente”, pois, às vezes, pode parecer que todos esses meninos já “bateram o martelo” em definitivo acerca de suas respostas diante da questão fundamental que emerge na relação com o Outro: afinal, o que queres de mim?

Sem dúvida, concordamos que as condições de vulnerabilidade e violência que se apresentam aos jovens parecem produzir, a todo momento, a exigência de que eles formulem essa resposta em regime de urgência – o que nós situaríamos como a “carga excessiva” de real que é direcionada ao aparelho psíquico ainda em processo de estruturação desses meninos. Nesse contexto, Guerra et. al, (2014) asseveram que o saber unívoco do tráfico passa a oferecer aos sujeitos “uma solução rápida e eficaz” (p. 258, grifo nosso), ainda que empobrecida do ponto de vista simbólico, de como

responder ao enigma feito ao Outro através do acesso fácil à vida sexual, ao crime e às drogas (GUERRA et. al, 2014).

Achamos interessante problematizar um pouco mais essa questão em torno da *eficácia* da solução argumentada pelos autores: até que ponto ela é eficaz? Por um lado, fazer uso do saber do tráfico funciona para esses jovens como uma saída da invisibilidade, possibilitando que eles possam ocupar posições de poder, fazendo-se, assim, representar no social. Por outro lado, qual é a consistência que essa resposta oferece à vida adulta? Podemos afirmar, então, que todos eles são adultos do ponto de vista psíquico, ainda que empobrecidos no que tange ao registro simbólico? Acreditamos que não.

Durante as *Rodas*, a partir das intervenções das bolsistas-pesquisadoras cujo efeito foi a circulação da palavra, vários discursos que compõe o saber do tráfico foram colocados em suspensão e questionados pelos meninos. É claro que isso não significa, em termos mais estruturais, que eles tenham conseguido produzir um grande e *efetivo* descolamento em relação a esse discurso do Outro do crime. Nosso ponto é o seguinte: a referida *eficácia* é estremeçada, ainda que muito sutilmente, quando se ofertam espaços como o das *Rodas* em que esses meninos podem falar e, mais do que isso, podem escutar a si próprios e aos seus pares.

Esta afirmação pode parecer simplória e até mesmo óbvia em uma primeira mirada, mas não o é. Pelo que os meninos dizem, esse tempo de suspender as certezas, de compartilhar narrativas, de poder escutar a si e ao outro é raridade tanto na Internação Provisória em que eles não tem muitos espaços de convivência coletivos, quanto no contexto dos “*corres da rua*” e da guerra em que as facções se encontram atualmente em Porto Alegre. Além disso, questionamos a “*eficácia*” atribuída ao saber unívoco do tráfico também do ponto de vista do reconhecimento da riqueza e vivacidade presente nas gírias empregadas por eles, justamente por seu caráter polissêmico, de abertura à criação de múltiplos sentidos com as palavras em detrimento do sentido que faz Um.

Não negamos que o discurso do tráfico tenha uma função muito relevante como Outro dos adolescentes, mas queremos sublinhar os movimentos de resistência que se fazem a ele e a potência de espaços de escuta – em tempo, isso é radicalmente diferente de acreditar que espaços de escuta resolveriam todos os seus problemas. É como se o

curto-circuito gerado diante da demanda por um momento de concluir fosse justamente do tipo que prejudica apenas algumas funções da passagem adolescente, restando outras (como o uso abundante de gírias) que não se assujeitam e seguem fiéis ao desejo singular do sujeito, mesmo diante das dificuldades acentuadas.

Nesse sentido, parece que há um salto entre o instante de ver da infância e a exigência de um tempo de concluir da vida adulta, *o que não é igual a afirmar que, de fato, esse último tempo tenha êxito duradouro e consistente*. Percebemos, durante as Rodas, que alguns movimentos fizeram resistência a essa lógica totalizante que os empurra ao momento de concluir. Lembremos de Paulo que nos disse uma vez "*eu tava lá no brete e pensei 'se eu tivesse na rua, estaria empinando pipa', então fui lá e empinei*". Na sequência, o menino contou sobre como construiu a pipa e de que forma colocou o braço pelas grades, libertando-a para alçar voo. Acontece que essa cena parece surgir para, logo em seguida, ser engolida pelo discurso voraz do tráfico, da violência e da morte iminente – "*Dona, a gente sabe que, nessa vida do crime, a gente vai morrer cedo... Eu tenho sorte de ter 17 anos, disseram que eu ia morrer antes dos 15*".

Para dar seguimento ao trabalho, compartilhamos um trecho, retomado dos diários de experiência, que nos parece bastante emblemático:

- *Vocês se consideram adolescentes ou adultos? Como é isso?* (Pesquisadora)
- *Sou sujeito homem!* (Robson e alguns outros dizem de imediato)
- *É, eu também...* (Jeferson)
- *Ah, na real eu posso ser adolescente com umas pessoas, mas no tráfico eu tenho que ser sujeito homem...* (Robson)
- *Eu tenho que ser sujeito homem mesmo fora do crime, com meu filho que vai nascer e com a minha mina... Isso aí tem a ver com ter responsabilidade.* (Jeferson)
- *Então adolescente não pode ser responsável? Só adulto?* (Pesquisadora)
- *É, adolescente não tem tanta responsabilidade...* (Jeferson)

Inquietamo-nos com a maneira pela qual alguns dos jovens se identificam – nem crianças, nem adolescentes, nem adultos... Eles são *sujeito homem!* É como se, para *ser sujeito*, fosse necessário fazer esse movimento de complementação: *ser homem*. É notório que a relação dos jovens com a masculinidade compreende pressupostos bastante rígidos: "*ser homem é ser macho, ser forte*", "*se foi homem pra fazer (o delito), tem que ser homem pra não chorar*", "*homem é o cara que vai lá e faz, que mata*", "*homem é o que bate na mulher pra ela aprender*", "*homem é aquele que bate*

no filho que nasce ‘viado’ até fazer ele virar homem” (Fragmentos dos diários de experiência).

Ao falhar em transmitir a alteridade, o discurso do laço social tem produzido, cada vez mais e de modo generalizado, discursos intolerantes com a diferença do outro (PEREIRA & GURSKI, 2014). No caso dos adolescentes da socioeducação, parece que esse fenômeno ganha mais visibilidade justamente aí, quando o que está em jogo são os elementos que compõe o lugar do *sujeito homem* – o que é bastante presentificado por seus discursos machistas e homofóbicos. Ao comentar, por exemplo, sobre a parada gay que ouviram acontecer no final de semana que antecedeu às *Rodas*, alguns meninos disseram que ver dois homens juntos “*era como se fosse uma facada no coração*”. A mesma indignação não foi dirigida às mulheres lésbicas, inclusive notamos que falavam dessas com uma certa indiferença.

A impressão é que há pouco espaço para a criação do novo aí onde os significantes da masculinidade no campo da sexuação parecem já vir quase que pré-formatados. Acontece que, quando não há o “grão de criação” (KEHL, 2004) do sujeito no processo de subjetivação do seu lugar, o sentido até se engata, mas qualquer questionamento disso pode ser sentido como insuportável. Não é à toa o empenho que eles fazem em não demonstrar fragilidade, assim como de sempre ter que individualmente “*matar na caixa/no peito*” os desafios das suas vidas, inclusive a própria internação, sem se “*abalar*”. *Se me descubro não ser esse sujeito-homem-macho não autorizado a sofrer e pronto para agir a qualquer instante... O que me resta? O que sou? Como ficarei aos olhos dos outros? Como sustentarei o compromisso que tenho com a minha “mina” e com meu filho que vai nascer?*

Junto do *ser homem*, vem a questão do exercício da sexualidade. Os meninos costumam se colocar na posição de garanhões e, seguidamente, faziam nas *Rodas* algumas insinuações de cunho sexual. Certa vez, eles questionaram as bolsistas-pesquisadoras se essas poderiam levar funks “*proibições*”, isto é, aqueles que tratam de sexualidade, assunto considerado por eles como “*bagaceiro*”.

As pesquisadoras tomaram o pedido deles com muita naturalidade e devolveram como intervenção: “*ah, então vocês estão nos dizendo que querem falar sobre sexualidade? É isso? Não tem problema nenhum, é muito comum se interessar por isso na adolescência. Inclusive, lá na Universidade, estudamos sobre isso*”. A maneira com

que elas desmistificaram o assunto, tirando o tom de algo “*proibidão*”, fez com que os adolescentes ficassem completamente desconcertados e sem graça. Inicialmente, eles chegaram até a recuar com o pedido: “*não queremos desrespeitar vocês, vai que vocês têm namorado, aí não é legal... deixa assim, melhor assim, aí vocês não ficam desconfortáveis*”.

O “desconforto” suscita questões: essa sensação de mal-estar estava do lado de quem? Não seria essa reação desconcertante frente ao sexo uma representação da impostura “adultescente”, do mito do sujeito-homem que falávamos? Não poderíamos pensá-la como uma manifestação da adolescência, tal como Moritz e seu embaraço frente ao pensamento de “coisas indecentes”?

Ainda sobre a questão da sexualidade, nos chama a atenção igualmente que um número considerável dos meninos ou já tinha filho(s) ou estava, no momento da internação, acompanhando a gestação de suas companheiras. Diferente do que normalmente se pensaria, nossa inquietação não se baseia em um julgamento moral, por pensarmos ser esse um fenômeno “muito precoce” – a questão aqui é de outra ordem. Primeiramente, é interessante falarmos sobre o caso de Jeferson, o mesmo adolescente que falou sobre ter que “*ser sujeito homem mesmo fora do crime, com meu filho que vai nascer e com a minha mina...*”.

Logo na sua primeira *Roda*, Jeferson, que estava em IP fazia uma semana e quatro dias, ficou muito à vontade e contou para uma das bolsistas-pesquisadoras que foi internado em função de um assalto que praticou. Segundo ele, o que o motivou a cometer o ato infracional foi a necessidade de ter um dinheiro para gastar em uma festa no final daquela semana. Ele se dizia muito arrependido pelo fato, pois, com a internação, não iria poder acompanhar o nascimento de seu filho que seria, pelos seus cálculos, em alguns dias.

Em vias de, mais do que nunca, ser convocado a ocupar o lugar de pai de seu filho, Jeferson recua. É como se a proximidade do evento funcionasse como a presentificação de uma dose maciça de real com a qual o menino não teve condições de lidar senão pelo ato infracional – a saída encontrada por ele para lidar com a angústia.

Mas como é possível que o mesmo menino, que identifica-se como *sujeito homem* e que fala sobre a responsabilidade perante a mulher e o filho ser a mesma pessoa que perde o nascimento dele em razão de um assalto que visava dinheiro para

gastar na noite? É também nesse tipo de cena que identificamos a impostura do adulto, quando o furo da “roupagem” desses “*sujeitos homem*” surge denunciando que essa não passa de um disfarce, uma mascarada sustentada a duras penas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das experiências que tivemos com as *Rodas de R.A.P.*, temos considerado que alguns meninos da socioeducação estão sim às voltas com a formulação de uma resposta ao novo enigma que se forja na relação com o Outro: afinal, o que queres de mim? Por um lado, esses jovens, como quaisquer outros, experimentam o desamparo que a “erosão do lugar do Outro” (GURSKI, 2012b) propicia tanto como fenômeno da atualidade, quanto como encontro com o real do sexo e da morte vivenciado durante a puberdade. Todavia, por outro lado, não podemos deixar de considerar uma outra nuance de desamparo que participa fortemente de suas vidas: a impossibilidade de acesso simbólico às insígnias fálicas como efeito da exclusão promovida pela sociedade e pelo Estado.

Muitas vezes, frente a tais condições, a resposta sintomática encontrada por esses adolescentes para dar conta da tarefa de fazer um novo nome para si tem sido a via dos atos violentos, da adesão ao tráfico, da identificação maciça com o “sujeito homem” através de atos infracionais. Esse modo de se fazer representar parece ter relação com a convocatória feita pelo laço social para que esses meninos atuem precocemente na “vida como ela é”, ou seja, a vida em que seus atos transgressores nunca são tomados como “coisa de adolescente”, mas, sim, como condutas de criminosos que sabem exatamente o que estão fazendo e que podem e devem ser responsabilizados por isso tal como um adulto. Nesse âmbito, temos a proposta de diminuição da maioria penal que tanto se discute atualmente atrelada à conhecida seletividade do sistema socioeducativo: há os que tem direito à adolescência e há os “menores infratores”.

Diante disso, nossa hipótese seria de que alguns desses jovens, sobretudo em função do olhar do laço social que lhes é endereçado, precipitar-se-iam prematuramente ao momento de concluir sem obter êxito duradouro, mas experimentando os amargos efeitos decorrentes de suas tentativas. Nas *Rodas*, escutamos que alguns meninos têm conseguido fazer resistência à essa lógica que lhes nega, *a priori*, o direito de ser adolescentes. Uma dessas estratégias parece ser a inserção no tráfico, uma vez que

encontrar seu próprio embolamento possivelmente lhes garante um lugar no social, assim como lhes oferece elementos para que possam se lançar na tarefa da construção de um novo saber fálico sobre si. Todavia, paga-se um alto preço por isso, como, por exemplo, a tão falada proximidade com as abordagens policiais extremamente violentas e o medo constante de que os “contras” machuquem ou mesmo matem seus familiares e amigos como vingança a qualquer momento. Isso torna-se ainda mais angustiante quando eles estão internados no sistema socioeducativo, pois sentem como se nada pudessem fazer para defendê-los.

Apesar das cenas que evocamos ao longo deste trabalho que parecem evidenciar uma aparente submissão desses meninos ao discurso do Outro social, discurso que os remete apenas ao lugar da criminalidade, também falamos sobre um importante movimento de resistência típico da passagem adolescente: o uso abundante de gírias. Falamos em termos de resistência, pois essa língua outra que eles compartilham, permeada por várias construções metafóricas particulares e ricas, se desvela em coexistência a tantas cristalizações significantes atravessadas por enorme rigidez.

De acordo com Lacadée (2011, p. 21), “tomar posição na língua, mesmo da forma mais desrespeitosa e incômoda para o Outro, frequentemente é a solução, às vezes sob o impasse, adotada por alguns adolescentes”. Identificado com a figura do exilado por estar privado de sua língua, uma vez que aquela da infância já não dá mais conta, o sujeito adolescente se vê na tarefa de criar um novo dito sobre si. Essa língua deve ser, em certa medida, compartilhada com um grupo, a fim de que adquira a constância necessária para sustentar o sujeito durante a travessia do adolescer.

Quando não se ofertam a esses jovens espaços de simbolização, isto é, quando não se constituem espaços de escuta passíveis de ofertarem uma consistência mínima aos seus “ditos”, estamos compactuando com a impossibilidade do trabalho psíquico de criação de um novo saber. Todavia, se os escutarmos em transferência, tal como fizemos durante as *Rodas de R.A.P.*, estamos abrindo possibilidades para que esses sujeitos possam, a partir da tessitura desse saber inédito e singular, se relacionar de forma menos mortífera com o que faz mancha no quadro de suas existências – o real do sexo e da morte inapreensível pela função simbólica (LACADÉE, 2011).

Por fim, gostaríamos também de enfatizar o fato de que o referido modo de se representar tão atrelado ao ato e à violência, que poderíamos dizer tributário de um certo

“empobrecimento simbólico” dos jovens da socioeducação, não diz respeito apenas a eles isoladamente, como se se tratasse de algo inato, do indivíduo. Desde a perspectiva psicanalítica, sabemos que o sujeito nasce no discurso do Outro, o que quer dizer que, invariavelmente, a constituição psíquica imbrica-se com o discurso da cultura e dos significantes que nos antecedem. Nesse sentido, não podemos perder de vista de que é sempre nessa interface entre o singular e o laço social que os adolescentes vão encontrar formas de lidar com o golpe de real experimentado durante o adolecer. Do mesmo modo, sustentados pela ética psicanalítica, sublinhamos que não há uma forma “normal” ou “correta” de como dar conta dos enigmas experimentados nessa passagem.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKES, C. (2016). *O que consome o adolescente?*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

BENJAMIN, W. (1989) O flâneur. In: BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense. (Originalmente publicado em 1937).

BENJAMIN, W. (2012). Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. *Magia, técnica, arte e política. Obras Escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense. (Originalmente publicado em 1933).

BERNARDINO, L. (1999). Inconsciente, tempo e estrutura. *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, 1(3), 85-98.

BRASIL. (2006). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília: CONANDA. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. (2014). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Governo do Rio Grande do Sul. Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. *PEMSEIS: Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SDH & FASE. Disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/wp-content/uploads/2014/11/PEMSEIS_v111.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. (2015). Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Brasília: Câmara dos Deputados. (Originalmente publicado em 1990). Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjqsYmblNXUAhWDhpAKHazQC6IQFghBMAI&url=http%3A%2F%2Fwww.crianca.mppr.mp.br%2Farquivos%2FFile%2Fpubli%2Fcaopca%2Feca_annotado_2013_6ed.pdf&usg=AFQjCNHJD55p3BU6yrQIV_FBUXnJXhttpw>. Acesso em: 23 jun. 2017.

- CABAS, G. (1982). *Curso e discurso da obra de Jacques Lacan*. São Paulo: Moraes.
- CALLIGARIS, C. (2000). *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- CAON, J. L. (1994) O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7(2), 145-174.
- CAON, J. L. (1997). Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(1), 105-123.
- CATROLI, V; ROSA, M. D. (2013). O laço social na adolescência: a violência como ficção de uma vida desqualificada. *Revista Estilos da Clínica*, São Paulo, 18(2), 297-317. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v18n2/v18n2a06.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- DÖR, J. (1989). Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ELIA, L. (2000). Psicanálise: clínica e pesquisa. In: ALBERTI, S.; ELIA, L. Clínica e pesquisa em psicanálise. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- FASE. (2015). Relatório de Atividades da Fundação de Atendimento Socioeducativo. Relatório Técnico.
- FLEIG, M. (1999). O sintoma social da adolescência como impasse de filiação. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre. (Org.). *Adolescência: entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- FREUD, S. (1990). Projeto para uma psicologia científica. In: FREUD, S. *Obras Completas*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1895).
- FREUD, S. (1996). Carta 69. In: FREUD, S. *Obras Completas*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1897a)
- FREUD, S. (1996). Carta 70. In: FREUD, S. *Obras Completas*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1897b)
- FREUD, S. (1996). Carta 71. In: FREUD, S. *Obras Completas*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1897c)
- FREUD, S. (1996). Carta 75. In: FREUD, S. *Obras Completas*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1897d)
- FREUD, S. (2004). *Diário de Sigmund Freud: 1929-1939. Crônicas Breves*. Porto Alegre: Artmed.
- FREUD, S. (2010). A dinâmica da transferência. In: FREUD, S. *Obras Completas*, vol. 10. São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1912a).
- FREUD, S. (2010). A Questão da Análise Leiga: diálogo com um interlocutor imparcial. In: FREUD, S. *Obras Completas*, vol. 17. São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1926).

- FREUD, S. (2010). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In: FREUD, S. *Obras Completas*, vol. 10. São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1912b).
- FREUD, S. (2010). Repetir, recordar e elaborar. In: FREUD, S. *Obras Completas*, vol. 10. São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1914).
- FREUD, S. (2010). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. *Obras Completas*, vol. 6. São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1905).
- FURTADO & TROCOLI. (2010). O despertar da primavera: pelos desfiladeiros da sexualidade. *Revista Graphos*, 12(1), 91-102.
- GUERRA, A., SOARES, C., PINHEIRO, M., & LIMA, N. L. (2012). Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 18(2), 247-263. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v18n2/v18n2a06.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- GURSKI, R. & PEREIRA, M. (2016). A experiência e o tempo na passagem da adolescência contemporânea. *Revista de Psicologia da USP*, 27, 429-440.
- GURSKI, R. & STRZYKALSKI, S. (no prelo). A pesquisa em psicanálise e o “catador de restos”: enlances metodológicos. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*.
- GURSKI, R. (2008). *Juventude e paixão pelo real: problematizações sobre experiência e transmissão no laço social atual*. UFRGS. 219 f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/15579>>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- GURSKI, R. (2011). A violência juvenil como sintoma da cultura. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre. (Org.). *Autoridade e Violência*. Porto Alegre: APPOA.
- GURSKI, R. (2012a). Adolescência Empoderada. In: FARIAS, C. (Org.). *O Professor Sobre Pressão: prevenção e enfrentamento da violência no ambiente de trabalho*. Porto Alegre: Carta Editora e Comunicação.
- GURSKI, R. (2012b). *Três ensaios sobre juventude e violência*. São Paulo: Escuta.
- GURSKI, R. (2014). Três Tópicos para pensar (a contrapelo) o mal na educação. In: VOLTOLINI, R. (Org.). *Retratos do mal-estar na educação contemporânea*. São Paulo: Escuta/FEUSP.
- GURSKI, R. (2017). Os novos sintomas na educação de adolescentes de hoje: notas sobre o saber fazer com “isso”. In: PEREIRA, M. C. (Org.). *Os sintomas na educação de hoje: que fazemos com isso?*. Belo Horizonte: Scriptum.
- GUTIERRA, B. (2003). *Adolescência, psicanálise e educação: o mestre “possível” de adolescentes*. São Paulo: Avercamp.

- IRIBARRY, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? In *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 6(1), 115-138.
- JERUSALINSKY, A. (1999). Traumas de Adolescência. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre. (Org.). *Adolescência: entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- KEHL, M. R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R & VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*, 89-114. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- KEHL, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo.
- LACADÉE, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- LACAN, J. (1992). *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1956-57).
- LACAN, J. (1992). *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1959-60).
- LACAN, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1958).
- LACAN, J. (1998). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1944)
- LACAN, J. (1998). Posição do inconsciente. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1964).
- LACAN, J. (1999). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1957-58).
- LACAN, J. (2003). Prefácio a O despertar da primavera. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1974a).
- LACAN, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1974b).
- LACAN, J. (2003). Televisão. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1974c).
- LACAN, J. (2008). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1964)
- LACAN, J. (2010). *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1954-55)
- MEIRELLES, C. (2012). O manejo da transferência. *Revista Stylus*, (25), 123-135.

MELMAN, C. (1999). Os adolescentes estão sempre confrontados ao minotauro. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre. (Org.). *Adolescência: entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

MELMAN, C. (2000). *Alcoolismo, Delinquência, Toxicomania: uma outra forma de gozar*. São Paulo: Escuta.

OUVRY, O. (2011). Corpo e novidade puberal. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 14(2), 209-223.

PELLEGRINO, H. *Pacto Edípico e Pacto Social*. Artigo escrito no suplemento *Folhetim da Folha de São Paulo*, 1983. Disponível em: <<http://www.psicologiahailtonyagiu.psc.br/materias/ponto-vista/287-pacto-edipico-e-pacto-social-helio-pellegrino>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

PEREIRA, M. & GURSKI, R. (2014). A adolescência generalizada como efeito do discurso do capitalista e da adultez erodida. *Revista Psicologia & Sociedade*, 26(2), 376-383.

PIRES, L. P. & STRZYKALSKI, S. (no prelo). A transferência em August Aichhorn e a pesquisa na socioeducação. *SIG Revista de Psicanálise*.

QUINET, A. (2008). *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

RASSIAL, J. J. (1995). Entrevista com Jean-Jacques Rassial. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 5(11), 86-100.

RASSIAL, J. J. (1997). *A passagem adolescente: da família ao laço social*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

RASSIAL, J. J. (1999). *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

RUFFINO, R. (1993) Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito. In: RAPPAPORT, C. R. (Coord.), *Adolescência abordagem psicanalítica*. São Paulo: EPU.

RUFFINO, R. (1999). Fazendo valer – modalidade contemporânea. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre. (Org.). *Adolescência: entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

RUFFINO, R. (2004). A condição traumática da puberdade na contemporaneidade e a adolescência como sintoma social a ela articulada. *Revista Textura de Psicanálise*, 1-12. Disponível em: <<http://www.revistatextura.com/leia/acondittraumatica.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

SARLO, B. (2013). *Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

STEVENS, A. (2004). Adolescência, sintoma da puberdade. *Clínica do contemporâneo*. *Revista Curinga*, 20, 27-39. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=forums&srcid=MTUzODQ2ODk5NzA3Mj>>

[EzNzg5ODkBMDQxMjk3MDQ4Nzc3MjgzMjQxNjABRjU0MEpuMXdzRnNKATAuMQEBdjI>](#). Acesso em: 23 jun. 2017.

TEIXEIRA, D. (2016). De “menor” a “criança”: menor idade negra, infância branca e genocídio. In: JÚNIOR, H.; TEIXEIRA, D. (Orgs.). *Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos: a importância do ECA para a proteção das crianças negras*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT.

WEDEKIND, F. (2008). *O despertar da primavera*. Lisboa: Editora Estampa. (Originalmente publicado em 1891).